FÁBIO GOULART TOMKOWSKI

CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVIDADE

Tese de doutorado

Orientador: professor titular André Ramos Tavares

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

FÁBIO GOULART TOMKOWSKI

CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVIDADE

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Econômico, sob a orientação do professor titular André Ramos Tavares.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Tomkowski, Fábio Goulart

Constituição Econômica e Produtividade / Fábio
Goulart Tomkowski ; orientador André Ramos Tavares --
São Paulo, 2019.

350

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Econômico, Financeiro e Tributário) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2019.

1. Direito Constitucional. 2. Direito Econômico.
3. Produtividade. 4. Desenvolvimento nacional. I.
Tavares, André Ramos, orient. II. Título.

Nome: TOMKOWSKI, Fábio Goulart.
Título: Constituição econômica e produtividade.

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Econômico, sob a orientação do professor titular André Ramos Tavares.

Prof. titular André Ramos Tavares (orientador) Instituição: FDUSP

Banca realizada em:

Resultado:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A defesa de uma tese de doutorado, em especial no Largo de São Francisco, corresponde ao final de um longo percurso, marcado por sacrifícios, muito estudo e determinação. No meu caso, foram doze anos entre graduação, duas especializações, mestrado e, por fim, doutorado, além de períodos de pesquisa na Universidade Harvard, nos Estados Unidos, no Instituto Max Planck de Direito Tributário e Finanças Públicas, em Munique, e no curso de Direito Constitucional Comparado na Sapienza Università di Roma, na Itália.

Durante esse período, pude participar de incontáveis congressos, simpósios e outros eventos, onde tive a oportunidade de aprender com alguns dos maiores nomes do direito brasileiro e estrangeiro, os quais, sem dúvida alguma, foram minhas grandes inspirações para seguir a carreira acadêmica e buscar o aprimoramento contínuo, para, com isso, tentar me aproximar o máximo possível, mesmo se tratando de uma tarefa quase impossível, desses grandes mestres.

Dentre as satisfações que tive ao longo da vida, uma das maiores foi poder ter sido aluno de muitos desses grandes nomes do direito, que tanto fomentaram a minha busca pelo saber. Dentre eles, agradeço, primeiramente, ao meu orientador, professor titular André Ramos Tavares, pela orientação segura e pelas considerações precisas a respeito de pontos a serem aprimorados no desenvolvimento da tese. Além disso, me proporcionou aprender em suas aulas no doutorado, que sempre contavam com discussões acerca dos temas de maior relevância no âmbito do direito constitucional e econômico, bem como em suas aulas na graduação, as quais pude acompanhar durante esses três anos em que realizei estágio de docência.

Em segundo lugar, agradeço aos professores Luís Eduardo Schoueri e José Maria Arruda de Andrade, que integraram a banca que qualificou a presente tese. Suas considerações extremamente pertinentes possibilitaram que eu ampliasse minha visão a respeito dos impactos deste trabalho em diferentes âmbitos do direito.

Em terceiro lugar, agradeço às aulas ministradas durante o doutorado pelos professores André Ramos Tavares, Diogo Coutinho, Fernando Facury Scaff, Gustavo Vettori,

Heleno Taveira Torres, Humberto Ávila, José Maria Arruda de Andrade, Luís Eduardo Schoueri, Humberto Ávila, Paulo de Barros Carvalho, Reuven Avi-Yonah e Vera Thorstensen.

Em quarto lugar, agradeço à minha família e aos meus amigos, pelo apoio incondicional quando tomei a decisão de sair da zona de conforto no meu estado de origem, o Rio Grande do Sul, para me aventurar no novo desafio do doutorado em uma das mais tradicionais faculdades de direito do país, em São Paulo.

Nominalmente, agradeço aos meus pais, Cristina e Lauro, pelo suporte em todos os momentos e pelo exemplo que me deram de que é necessário buscar o aprimoramento constante, procurando melhorar como pessoa e como profissional, sempre.

Meu agradecimento à Marcela, que faz os meus dias mais felizes.

Agradeço, ainda, aos amigos que fiz na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, com quem muito pude aprender e cuja amizade, certamente, levarei pelo resto da vida. Mesmo correndo o risco de esquecer alguém, agradeço, nominalmente, aos amigos Alexandre Evaristo Pinto, Hendrick Pinheiro, Carlos Augusto Daniel Neto, Rodrigo Risolia, Martin Gesto, Leonardo Branco, Leonardo Aguirra de Andrade, Martha Leão, Clara Gomes Moreira, Caio Takano, L'Inti Faiad e todos os demais com quem tive o prazer da convivência nessa trajetória.

Por fim, em último lugar nos agradecimentos, mas em primeiro na ordem de importância, agradeço a Deus, que proporcionou que tudo isso fosse possível.

RESUMO

TOMKOWSKI, Fábio Goulart. *Constituição econômica e produtividade*. 2019. 350 f. Tese (Doutorado em Direito Econômico) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A produtividade pode ser conceituada como a quantidade de produto gerado com determinada quantidade de um fator específico. Em outras palavras, o aumento da produtividade permite que mais riqueza seja gerada com a mesma quantidade de um determinado fator. Considerando o fato de que o crescimento econômico — e, consequentemente, o desenvolvimento nacional — será cada vez mais dependente do aumento da produtividade, estudar profundamente o tema consiste em uma tarefa de extrema importância. Este trabalho pretende analisar se a busca pelo aumento da produtividade, amplamente tratada no âmbito econômico, foi incorporada pelo direito brasileiro, em especial pela Constituição brasileira de 1988, bem como de que maneira isso teria ocorrido.

Palavras-chaves: Direito constitucional. Direito econômico. Produtividade. Desenvolvimento nacional.

ABSTRACT

TOMKOWSKI, Fábio Goulart. Economic Constitution and Productivity. 350 f. Doctorate in Economic Law – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

Productivity can be conceptualized as the quantity of product generated with a certain quantity of a specific factor. In other words, productivity growth allows that more wealth is generated with the same quantity of a certain factor. Considering the fact that the economic growth and, consequently, national development will be increasingly dependent on productivity growth, studying deeply the subject is a task extremely important. This paper seeks to analyze whether the search for productivity growth, widely treated in the economic field, has been incorporated by the Brazilian law, especially by the Brazilian Constitution of 1988, as well as in what way this would have occurred.

Keywords: Constitutional law. Economic law. Productivity. National development.

ABSTRAKT

TOMKOWSKI, Fábio Goulart. Wirtschaftliche Verfassung und Produktivität. 350 f. Promotion in Wirtschaftsrecht – Juristische Fakultät, Universität von São Paulo, São Paulo, 2019.

Unter Produktivität kann die Produktmenge verstanden werden, die mit einer bestimmten Menge eines bestimmten Faktors erzeugt wird. Mit anderen Worten: Produktivitätswachstum ermöglicht, dass mehr Wohlstand mit derselben Menge eines bestimmten Faktors erzeugt wird. Angesichts der Tatsache, dass das Wirtschaftswachstum und folglich auch die nationale Entwicklung immer mehr vom Produktivitätswachstum abhängt, ist eine eingehende Untersuchung des Themas eine äußerst wichtige Aufgabe. In diesem Beitrag soll untersucht werden, ob und wie die Suche nach Produktivitätswachstum, das im wirtschaftlichen Bereich schon weitgehend analysiert wird, in das brasilianische Rechtssystem, insbesondere in die brasilianische Verfassung von 1988, aufgenommen wurde.

Stichwörter: Verfassungsrecht. Wirtschaftsrecht. Produktivität. Nationale Entwicklung.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO E A QUESTÃO DA PRODUTIVIDADE.....	25
1.1 A economia europeia pré-capitalista	25
1.2 O mercantilismo e as políticas estatais para incremento da produtividade	30
1.3 As mudanças no pensamento econômico na transição para o capitalismo.....	40
2 A PRODUTIVIDADE NO PENSAMENTO ECONÔMICO	43
2.1 Fisiocracia.....	43
2.2 Classicismo	50
2.2.1 Adam Smith.....	50
2.2.2 Thomas Malthus	58
2.2.3 David Ricardo.....	68
2.2.4 John Stuart Mill	78
2.3 Marxismo.....	88
2.3.1 Karl Marx	88
2.4 Neoclassicismo	100
2.5 Keynesianismo.....	104
2.6 A produtividade na visão das instituições internacionais.....	107
3 A PRODUTIVIDADE EM CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS.....	121
3.1 Constituições da América.....	121
3.2 Constituições da Europa	129
3.3 Constituições do Oriente Médio	135
3.4 Constituições da Ásia	136
3.5 Constituições da África	137
4 A INCORPORAÇÃO DA BUSCA PELO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO DIREITO BRASILEIRO.....	141
4.1 A produtividade em economistas brasileiros.....	142
4.2 A produtividade e sua relação com o direito econômico.....	156
4.3 A incorporação da busca pelo aumento da produtividade na legislação infraconstitucional brasileira	162
4.3.1 Fundo de Desenvolvimento da Produtividade.....	162
4.3.2 Incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus.....	162
4.3.3 Incentivos fiscais à inovação tecnológica.....	164
4.3.4 Programa Brasil Mais Produtivo	165

4.4	As constituições brasileiras anteriores a 1988 e a incorporação da busca pelo aumento da produtividade no âmbito constitucional.....	166
4.4.1	O silêncio das constituições brasileiras de 1824, 1891, 1934, 1937 e 1946 relativamente à questão da produtividade	166
4.4.2	A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e a incorporação da busca pelo aumento da produtividade no âmbito constitucional.....	168
4.5	A queda da produtividade brasileira em comparação aos países avançados e sua relação com a normatividade brasileira.....	170
5	A CONSOLIDAÇÃO DA BUSCA PELO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE COMO FUNDAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	177
5.1	Preliminares: a produtividade nos debates da Constituinte brasileira	177
5.1.1	Comissão da Ordem Social.....	177
5.1.2	Comissão dos Direitos dos Trabalhadores.....	179
5.1.3	Comissão da Ordem Econômica.....	184
5.1.4	Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente.....	186
5.1.5	Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	186
5.1.6	Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais.....	187
5.1.7	Subcomissão de Ciência e Tecnologia.....	189
5.1.8	Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	190
5.2	O aumento da produtividade como fundamento para o desenvolvimento sustentável.....	193
5.3	A busca pelo aumento da produtividade como norma constitucional transformadora decorrente do desenvolvimento	196
5.4	O caráter normativo da busca pelo aumento da produtividade e a superação da doutrina da (in)eficácia das normas constitucionais	201
5.5	Interdependência normativa da produtividade na Constituição brasileira.....	206
5.5.1	Educação.....	207
5.5.2	Infraestrutura.....	219
5.5.3	Pesquisa e desenvolvimento	237
5.5.4	Inovações tecnológicas	246
5.5.5	Agricultura.....	270
5.5.6	Igualdade.....	294
	CONCLUSÕES.....	309
	REFERÊNCIAS.....	319

INTRODUÇÃO

Trata-se a busca pelo aumento da produtividade de uma norma constitucional? Provavelmente, para a maioria, a resposta a essa pergunta será negativa. Todavia, conforme será demonstrado no presente trabalho, há fortes indícios que corroboram a tese de que a busca pelo aumento da produtividade teria sido incorporada pelo ordenamento jurídico brasileiro, deixando de ser uma questão apenas econômica para receber o *status* de norma jurídica constitucional.

Um caso que poderia ajudar a ilustrar a problemática que será enfrentada seria o de uma lei tributária com regras tão complexas que ocasionassem um impacto prejudicial em termos de produtividade, em razão das dificuldades exacerbadas impostas aos contribuintes.

Situação similar, guardadas as devidas proporções, ocorreu na Alemanha, quando da declaração de inconstitucionalidade, pela Corte Fiscal Federal (*Bundesfinanzhof*), de norma tributária em decorrência de seus efeitos nocivos para o mercado. No referido caso, tratava-se de regras do imposto de renda alemão que limitavam o aproveitamento de resultados negativos, assegurando um mínimo de tributação. Para os fins do presente trabalho, o que interessa do mencionado julgamento é, sobretudo, a razão da declaração de inconstitucionalidade em voga, que foi a violação ao que a corte denominou de “princípio da clareza das normas” (*Grundsatz der Normenklarheit*), com efeitos danosos, ainda, à concorrência, pois apenas um pequeno número de contribuintes teria condições de contratar a consultoria necessária para a compreensão das determinações legais. Na decisão, a corte afirmou que tais normas violariam princípios constitucionais, “porque elas são incompreensíveis linguisticamente, contraditórias, levam a erro, foram construídas de modo não sistemático e são, portanto, em grande medida, falíveis”¹.

Nesse caso, embora a questão tenha sido analisada por outro prisma, a declaração de inconstitucionalidade da norma ocorreu por afetar negativamente o mercado, o que ocorreria, de modo similar, no caso de uma norma que viesse a ferir a norma constitucional da busca pelo aumento da produtividade.

Um outro exemplo, também no âmbito tributário, seria a instituição de tributo ou a majoração de alíquota de tal modo que prejudicasse gravemente a atividade empresarial, inviabilizando-a, de modo a ferir a produtividade.

¹ No original: “[...] denn sie sind sprachlich unverständlich, widersprüchlich, irreführend, unsystematisch aufgebaut und damit in höchstem Maße fehleranfällig”. CORTE FISCAL FEDERAL (*Bundesfinanzhof*), Decisão de 6 set. 2006. BFH, 06/09/2006, XI R 26/04. Disponível em: https://www.steuernetz.de/urteile/bfh/2006-09-06-xi-r-26_04. Acesso em: 5 mar. 2019.

Ainda, uma norma que viesse a agravar as desigualdades já existentes, não obstante o fato de que a simples violação à igualdade já poderia ensejar a inconstitucionalidade da lei, também haveria violação à norma da busca pelo aumento da produtividade. Isso porque, conforme será amplamente demonstrado, existe uma forte relação entre a igualdade, seja ela econômica, seja social, educacional, de gênero, raça ou mesmo regional, de maneira tal que problemas relacionados à igualdade acabam sendo um dos fatores que influenciam diretamente na baixa produtividade de uma nação.

No âmbito trabalhista, um caso de possível violação à norma da busca pelo aumento da produtividade seria o de uma determinação legal que tivesse como consequência o desestímulo à produtividade dos trabalhadores — por exemplo, uma lei que proibisse as empresas de vincular um acréscimo à remuneração dos trabalhadores de acordo com sua produtividade.

Já um exemplo de maneira como o Estado poderia agir para cumprir com a determinação constitucional da busca pelo aumento da produtividade seria um incentivo fiscal que exigisse, como um dos requisitos para que as empresas pudessem usufruir dele, um repasse de parte dos lucros para os salários dos trabalhadores, estimulando, assim, que aumentassem sua produtividade.

Também seria o caso das ações que visassem estimular, tanto direta como indiretamente, âmbitos como educação, infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, inovações tecnológicas, agricultura e, ainda, a já mencionada igualdade, pois será demonstrado que há uma íntima relação entre eles e a produtividade. Essa relação mútua entre eles se dá pelo fato de que o investimento em educação, por exemplo, possibilita ganhos de produtividade. Esses ganhos de produtividade possibilitarão um aumento na arrecadação, que, por sua vez, permitirá que sejam feitos novos investimentos em educação, ocasionando um ciclo virtuoso que contribua com o desenvolvimento sustentável.

Após essa breve ilustração da problemática que será enfrentada, necessário se faz responder a três perguntas, quais sejam: i) o que é o objeto do trabalho?; ii) por que o tema tem relevância?; e iii) como o trabalho será desenvolvido? É o que será exposto a seguir.

O que se pretende no presente trabalho é, sobretudo, responder ao seguinte problema: a busca pelo aumento da produtividade foi incorporada pela Constituição brasileira de 1988?

É claro que, do aprofundamento dos estudos acerca do tema outros questionamentos surgem, tais como, em caso de resposta afirmativa ao problema mencionado: i) quais são as implicações dessa constatação?; ii) como se deu a incorporação da busca pelo aumento da produtividade pelo Direito brasileiro?; iii) a previsão da busca pelo aumento da produtividade

na Constituição brasileira consiste em um caso isolado ou há exemplos de constituições que também demonstraram essa preocupação?; iv) a busca pelo aumento da produtividade já era uma preocupação do legislador constitucional na Assembleia Constituinte de 1987?; v) em quais outros dispositivos a busca pelo aumento da produtividade está prevista e com quais outros dispositivos ou aspectos previstos na Constituição ela se relaciona?

A hipótese do presente trabalho, por sua vez, é que a busca pelo aumento da produtividade foi incorporada pela Constituição brasileira de 1988 quando tratou de desenvolvimento.

Antes de adentrar na questão relativa à relevância do tema, é importante conceituar a produtividade. A produtividade, para os fins do presente trabalho, pode ser compreendida como a quantidade de produto gerada com uma quantidade de determinado fator. Essa fator pode ser, por exemplo, mas não de maneira taxativa: trabalho, capital, insumos em geral, área de terra, dentre outros. Ou seja, a produtividade do trabalho, por exemplo, consiste em um método para averiguar a quantidade de produto gerada por hora trabalhada. Trata-se, apenas, de maneiras diferentes para se mensurar a eficiência da economia, o que significa dizer que a produtividade, independentemente do modo como for medida, serve como parâmetro para verificar como está sendo utilizado o potencial produtivo de uma nação, caso o objeto de análise seja um país específico, ou de um setor, caso a análise seja de determinado segmento da economia.

Uma vez compreendido o conceito de produtividade, cumpre agora analisar a relevância do tema.

Primeiramente, importa salientar que diversas instituições internacionais vêm se manifestando acerca da importância do aumento da produtividade para o desenvolvimento dos países, em especial os da América Latina.

Nesse sentido, o vice-presidente do Banco Mundial, Jan Walliser, afirmou que o crescimento da produtividade é crítico para a aceleração do desenvolvimento, pois, segundo ele, a pobreza ao redor do mundo não diminuirá, salvo se os países mais pobres aumentarem a renda *per capita* e “parte significativa do crescimento da renda decorre do aumento da produtividade e, especificamente, das inovações que tornam o capital físico e humano mais produtivo”².

² CIRERA, Xavier; MALONEY, William F. *The Innovation Paradox: Developing-Country Capabilities and the Unrealized Promise of Technological Catch-Up*. Washington: World Bank Group, 2017. prefácio. p. xi. Tradução livre.

O Banco Mundial também alertou que “a falta de convergência dos padrões de vida de hoje está associada a um histórico deficiente no crescimento da produtividade, [...] o crescimento da produtividade é um fator crítico para o desenvolvimento em todos os países”³, afirmando, ainda, que “o crescimento da produtividade é fundamental para gerar empregos melhores e aumentar o padrão de vida das pessoas ao reduzir preços e elevar a qualidade dos produtos”⁴.

Nesse sentido, verificou-se que, atualmente, um trabalhador médio brasileiro é apenas cerca de 17% mais produtivo do que há 20 anos, ao passo que o aumento entre trabalhadores médios nos países de alta renda foi de 34%. Mesmo tendo ocorrido, desde os anos 2000, um significativo aumento da renda *per capita* e uma considerável redução da pobreza, essa melhora dificilmente será sustentável no longo prazo, pois o aumento da renda, no Brasil, baseou-se, sobretudo, no aumento da taxa de emprego, visto que um grande contingente de jovens entrou no mercado de trabalho pela primeira vez. No entanto, com o rápido envelhecimento da população, essa fonte de crescimento se esgotará⁵.

Para o referido banco, um exemplo do impacto da produtividade na vida das pessoas é o seguinte. Ao analisar o setor automobilístico, expõe que o trabalhador brasileiro médio necessita trabalhar mais de cinco vezes o número de horas que um trabalhador canadense médio trabalha para que consiga produzir um carro de tamanho médio (Toyota Corolla). Os trabalhadores, produzindo mais a cada dia de trabalho, ou seja, demorando menos tempo para realizar as mesmas tarefas, fazem com que a empresa se torne mais competitiva. Tornando-se mais competitiva, ela poderá baixar os preços, vender mais produtos e contratar mais trabalhadores, além de, com o tempo, aumentar os salários. Isso pode ser averiguado ao se atestar que o trabalhador do setor no Canadá recebe, em média, 19 dólares por hora, enquanto no Brasil o trabalhador equivalente recebe apenas 6 dólares. Assim, a fábrica canadense é maior e mais eficiente, e, em termos de produção por trabalhador, a fábrica do Brasil é mais cara. Diante disso, para compensar essa diferença (sem levar em consideração os custos tributários, os *markups*⁶ provenientes da falta de concorrência, assim como outros elementos do chamado Custo Brasil), o mesmo modelo de veículo é vendido no Brasil por 75% a mais

³ BANCO MUNDIAL. *Emprego e crescimento: a agenda da produtividade*. Washington D.C.: Banco Mundial, 2018. p. 7.

⁴ BANCO MUNDIAL. *Emprego e crescimento: a agenda da produtividade*. Washington D.C.: Banco Mundial, 2018. p. 9.

⁵ BANCO MUNDIAL. *Emprego e crescimento: a agenda da produtividade*. Washington D.C.: Banco Mundial, 2018. p. 7.

⁶ A expressão é utilizada para indicar quanto do valor do produto está acima do seu custo de produção e distribuição.

do que no Canadá. Ficam, portanto, os trabalhadores canadenses do setor automobilístico em situação mais vantajosa em comparação aos brasileiros⁷.

O Banco Mundial entende que no cerne da produtividade baixa e estagnada do Brasil existe um sistema econômico que desincentiva a concorrência e estimula a ineficiência e a alocação inadequada de recursos. Isso porque as empresas no Brasil operam em um ambiente de custos elevados, que seriam o resultado de mercados financeiros ineficientes e altas taxas de juros, um sistema tributário extremamente complexo e oneroso, uma infraestrutura nacional inadequada, um conjunto extenso de regras administrativas, bem como de inúmeras regras distintas e constantemente em mutação.

Para o secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Angel Gurría, embora tenha havido avanços no combate à pobreza e à desigualdade na América Latina, ela continua sendo a região com mais desigualdade de renda no mundo. Apesar de os trabalhadores dedicarem muitas horas do seu dia para o trabalho, há uma incidência bastante elevada de informalidade “e a lacuna de produtividade é assustadora, quando comparada às economias mais avançadas”⁸. Mesmo no Chile e na Argentina, que apresentam os melhores resultados da região, a produtividade do trabalho equivale a somente um terço da média da OCDE⁹.

Além do mais, outro aspecto exposto pela OCDE que merece ser ressaltado é que, em razão da má alocação de recursos, bem como do lento processo de realocação para setores mais dinâmicos, as empresas mais inovadoras e produtivas acabam impedidas de alcançar a escala necessária para operar nos mercados globais e usufruírem do alto potencial de crescimento associado a ideias bem-sucedidas. Isso pode ser verificado pela presença de uma grande economia informal, assim como pela dificuldade enfrentada pelas empresas para recrutar funcionários com a qualificação necessária¹⁰.

Relativamente às pequenas e médias empresas, observa que o potencial de ganhos de produtividade pode ser mais elevado entre elas, pois, na América Latina, são responsáveis por cerca de 70% dos empregos, mas geram apenas 30% do produto interno bruto (PIB), o que equivale a apenas metade da média da OCDE. Isso demonstra que há uma expressiva lacuna de produtividade entre as grandes empresas e as médias e pequenas. Não obstante tal fato,

⁷ BANCO MUNDIAL. *Emprego e crescimento: a agenda da produtividade*. Washington D.C.: Banco Mundial, 2018. p. 9-10.

⁸ OECD. *Fomentando o crescimento inclusivo da produtividade na América Latina*. [S. l.]: OECD, 2014. (Série Melhores Políticas). prefácio.

⁹ OECD. *Fomentando o crescimento inclusivo da produtividade na América Latina*. [S. l.]: OECD, 2014. (Série Melhores Políticas). prefácio.

¹⁰ OECD. *Fomentando o crescimento inclusivo da produtividade na América Latina*. [S. l.]: OECD, 2014. (Série Melhores Políticas). p. 3.

estas têm uma maior tendência a operar no setor informal, devido, sobretudo, aos encargos administrativos e regulatórios e à pesada carga tributária. Com a informalidade, as ineficiências acabam sendo perpetuadas, pois as empresas optam por permanecer pequenas a fim de evitarem esses encargos¹¹.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), por sua vez, entende que, ao se referir à América Latina, do ponto de vista macroeconômico, as políticas fiscais, monetárias e cambiais devem incentivar “maior convergência em níveis de produtividade do conjunto da economia”¹². Isso porque “uma diversificação produtiva maior, com alta incorporação de progresso técnico e menores brechas de produtividade”, consiste em “um acervo fundamental para blindar a economia frente ao impacto da volatilidade própria dos ciclos e, especialmente, frente às vulnerabilidades externas exacerbadas por essa volatilidade”¹³.

Essa comissão defende que as políticas industriais estejam no centro da orientação do desenvolvimento, pois, nos dias atuais, “existe crescente reconhecimento da importância destas políticas em todos os países que conseguiram reduzir as brechas tecnológicas, de produtividade e de competitividade em relação às economias na fronteira tecnológica”¹⁴. Além disso, também defende “a urgente necessidade de promover uma produtividade maior no âmbito das micro, pequenas e médias empresas”¹⁵, especialmente “por sua capacidade para gerar emprego e converter-se em centros de difusão do conhecimento e de apropriação da tecnologia”¹⁶, pois “aí é onde se concentra mais da metade do mundo laboral, com baixíssimos níveis de produtividade”¹⁷.

É unânime, portanto, entre as instituições internacionais expostas, que a busca pelo aumento da produtividade é uma das questões mais relevantes para que o desenvolvimento sustentável seja viável e para que o potencial produtivo de uma nação possa ser aproveitado plenamente.

No entanto, mesmo tendo a produtividade tamanha relevância, da análise do cenário brasileiro verifica-se que o Brasil não foi capaz de acompanhar o crescimento da fronteira

¹¹ OECD. *Fomentando o crescimento inclusivo da produtividade na América Latina*. [S. l.]: OECD, 2014. (Série Melhores Políticas). p. 3.

¹² CEPAL. *A ineficiência da desigualdade: síntese (LC/SES.37/4)*, Santiago: Nações Unidas, 2018. p. 7.

¹³ CEPAL. *A ineficiência da desigualdade: síntese (LC/SES.37/4)*, Santiago: Nações Unidas, 2018. p. 7.

¹⁴ CEPAL. *A ineficiência da desigualdade: síntese (LC/SES.37/4)*, Santiago: Nações Unidas, 2018. p. 7.

¹⁵ CEPAL. *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento*. Santiago (Chile): Nações Unidas, 2012. p. 8.

¹⁶ CEPAL. *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento*. Santiago (Chile): Nações Unidas, 2012. p. 8.

¹⁷ CEPAL. *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento*. Santiago (Chile): Nações Unidas, 2012. p. 8.

tecnológica. Um exemplo disso é o fato de que, entre 1970 e 2011, enquanto nos Estados Unidos da América (EUA) a produtividade do trabalho cresceu 85% e a produtividade total dos fatores (PTF)¹⁸, 38%, no Brasil, durante o mesmo período, o crescimento da produtividade do trabalho cresceu 74% e a PTF caiu cerca de 10%¹⁹.

Conforme Menezes, Campos e Komatsu, cada vez mais a produtividade vem crescendo em relevância para a determinação do crescimento da economia. Nesse sentido, a produtividade, desde os anos 2000, respondeu por cerca de 50% do crescimento do PIB, ao passo que o segundo fator mais impactante foi o crescimento populacional, com participação de cerca de 34%²⁰.

Considerando o fato de que a tendência para o futuro é a redução cada vez maior do crescimento demográfico, deixando de crescer, segundo estimativas, provavelmente, em 2048 ou 2049, “o crescimento do PIB passará a depender principalmente, e cada vez mais, dos ganhos de produtividade da mão de obra”²¹.

Após compreender a relevância do tema, entendeu-se como necessário realizar um trabalho que buscasse desvendar se esse fator, que é a produtividade, foi objeto de preocupação pelo ordenamento jurídico brasileiro, em especial na esfera constitucional. A presente tese, portanto, contribui para a ciência por se tratar de um trabalho inovador que busca responder a um problema extremamente importante para o desenvolvimento do país e que, até o momento, não foi objeto de análise pela doutrina brasileira.

Cumpra agora responder ao questionamento final exposto, qual seja: como o trabalho será desenvolvido?

O desenvolvimento deste trabalho ocorrerá da seguinte maneira.

No primeiro capítulo, será analisada a relação da produtividade na transição do capitalismo. Em especial, será objeto de estudo a transição do feudalismo e do mercantilismo para o capitalismo, em razão de ter a produtividade desempenhado um papel essencial para que estivessem presentes as condições que possibilitassem que essa transição ocorresse. Esse papel da produtividade foi tão relevante que, muito provavelmente, acabou por influenciar o pensamento de uma parcela considerável dos economistas de boa parte das escolas econômicas, posteriormente.

¹⁸ Que consiste no total de produto dividido pelo total de insumos em um país.

¹⁹ ELLERY JR., Roberto. Produtividade total dos fatores no Brasil no período pós-reformas: comportamento e possíveis explicações. *Economia Aplicada*, v. 21, n. 4, 2017, p. 617-633. Cap. 2.

²⁰ MENEZES FILHO, Naercio; CAMPOS, Gabriela; KOMATSU, Bruno. A evolução da produtividade no Brasil. *Policy Paper*, São Paulo: Insper, n. 12, ago. 2014, p. 5.

²¹ BONELLI, Regis. Produtividade e armadilha do lento crescimento. In: DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: IPEA, 2014. v. 1. p. 115.

No segundo capítulo, será apresentado o modo como a questão da produtividade foi abordada nas diferentes correntes de pensamento econômico, dando-se ênfase àqueles autores para os quais a produtividade teve papel relevante em suas teorias, e de que maneira isso ocorreu. O que se busca, no referido capítulo, não é trazer para o presente trabalho todos os estudos já desenvolvidos acerca da produtividade pelos economistas, mas sim demonstrar que a produtividade esteve presente, exercendo papel relevante, em grande parte das correntes do pensamento econômico.

O terceiro capítulo abordará a produtividade em constituições estrangeiras. Para tanto, foram analisadas as constituições em vigor em mais de 200 países, buscando verificar quais delas se preocuparam com a produtividade e de que modo. Com isso, não se busca realizar uma análise profunda para desvendar quais constituições teriam tratado tacitamente, por meio de outros dispositivos, da produtividade. O que se busca, na verdade, é verificar quais trataram expressamente do tema, a fim de compreender se falar na busca pelo aumento da produtividade no âmbito constitucional seria algo plausível ou se afirmar que uma constituição — no caso, a brasileira — ter se preocupado com o aumento da produtividade seria algo isolado na história das constituições e, por tal razão, pouco provável.

O quarto capítulo tratará da incorporação, no Direito brasileiro, da busca pelo aumento da produtividade. Primeiramente, será abordado o que pensam alguns dos economistas brasileiros acerca da importância da produtividade para o país. A abordagem tem relevância uma vez que, frequentemente, o pensamento dominante acaba influenciando e sendo incorporado pelo Direito. Desse modo, a partir do momento em que se verifica uma certa convergência acerca da importância do aumento da produtividade para que o desenvolvimento brasileiro possa ocorrer, por parte de economistas de vertentes diversas e até mesmo conflitantes, há um forte argumento para que esse entendimento, caso ainda não tenha sido absorvido pelas normas jurídicas, passe a ser.

Após, no mesmo capítulo, será discutida a relação entre a produtividade e o direito econômico, quando será possível averiguar que este estabelece fins a serem perseguidos pelo Estado e pela sociedade, com a finalidade de transformá-la. É exatamente com esse caráter que a busca pelo aumento da produtividade acabou sendo incorporada pelo direito brasileiro.

Por fim, no capítulo quarto será também analisada tanto a legislação infraconstitucional como a constitucional para, com isso, procurar traçar o caminho trilhado da busca pelo aumento da produtividade até alcançar o *status* de norma constitucional. Procurar-se-á, ainda, entender quais foram as razões que colaboraram para a percepção sobre a importância de se buscar, por meio de normas, esse objetivo.

É importante salientar que, no referido capítulo, quando versar sobre o âmbito constitucional, será feito um corte metodológico de maneira a limitar a análise a todas as constituições anteriores a 1988, visto que esta receberá um capítulo próprio, pelo fato de se ter verificado que nela houve a consolidação da busca pelo aumento da produtividade no âmbito normativo, de tal modo que pode ser considerada como o ápice da consagração do tema em voga por uma constituição brasileira.

No quinto e último capítulo, será analisada, especificamente, a questão da produtividade na Constituição brasileira de 1988, em que ocorreu a consolidação da busca pelo aumento da produtividade no âmbito normativo constitucional. Para isso, serão, inicialmente, verificados integralmente os debates realizados em todas as comissões e subcomissões da Constituinte em 1987, a fim de investigar se a questão da produtividade já era uma preocupação por parte do constituinte.

Após, será verificado que a busca pelo aumento da produtividade, na Constituição brasileira foi prevista quando se tratou de desenvolvimento. Isso porque, conforme será demonstrado, ela consiste em um dos pilares para que o desenvolvimento possa ocorrer de maneira sustentável, de tal modo que, sem um aumento constante na produtividade, dificilmente o desenvolvimento poderá ser concretizado. Será exposto tratar-se a busca pelo aumento da produtividade de uma norma constitucional transformadora. Uma vez estabelecida tal premissa, se buscará compreender os efeitos decorrentes de tal conclusão.

Por fim, no quinto capítulo também serão analisados os diversos aspectos consagrados pela Constituição e que estão diretamente relacionados com o aumento da produtividade, de tal maneira que é possível afirmar que há uma internormatividade entre a norma constitucional transformadora da busca pelo aumento da produtividade e esses aspectos, especificamente (mas não limitados a): educação, infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, inovações tecnológicas, agricultura e igualdade. Com efeito, significa dizer que a melhora em um desses aspectos contribui para o aumento da produtividade e, como consequência, esse aumento da produtividade, por sua vez, poderá também contribuir para a melhora em tais aspectos, corroborando o argumento de que a busca pelo aumento da produtividade é um dos pilares para que o desenvolvimento possa ocorrer e ser mantido ao longo do tempo.

É o que se pretende demonstrar adiante.

CONCLUSÕES

Afinal, a busca pelo aumento da produtividade é uma norma constitucional? Em caso positivo: i) quais são as implicações decorrentes dessa constatação?; ii) como se deu a incorporação da busca pelo aumento da produtividade pelo direito brasileiro?; iii) a previsão da busca pelo aumento da produtividade na Constituição brasileira consiste em um caso isolado ou há exemplos de constituições que também demonstraram essa preocupação?; iv) a busca pelo aumento da produtividade já era uma preocupação do legislador constitucional na Assembleia Constituinte de 1987?; v) em quais dispositivos a busca pelo aumento da produtividade está prevista e com quais outros dispositivos ou aspectos previstos na Constituição ela se relaciona? Esses foram alguns dos problemas que orientaram o desenvolvimento do presente trabalho e que, durante o percurso traçado para solucionar esses questionamentos, possibilitaram que se chegasse a algumas conclusões, as quais se pretende abordar a seguir.

Primeiramente, em capítulo introdutório, verificou-se que o aumento da produtividade, que levou à geração de mais excedente e, consequentemente, mais riqueza disponível, foi um dos fatores que possibilitaram a transição do feudalismo para o capitalismo. Isso porque, na época, em virtude da grande concentração populacional nas cidades, os cidadãos que lá habitavam necessitavam da agricultura para o fornecimento de alimentos e matérias-primas que seriam utilizadas. Esse fato ocasionou um forte estímulo às especializações urbanas e rurais, assim como ao comércio entre o campo e a cidade. Essa demanda levou os camponeses a comercializarem o seu excedente e, assim, receberem dinheiro por ele, o qual serviria para pagar taxas ao senhor feudal sem que fosse preciso realizar trabalho forçado. Os camponeses, portanto, passaram a figurar como pequenos negociantes independentes, arrendando terras do senhor feudal, o que, como consequência, acarretou o rompimento gradual dos laços feudais, que foram substituídos pelo mercado e pela busca do lucro como os princípios organizadores da produção.

Já no mercantilismo, foi possível perceber que a questão da produtividade, embora no início possa ter sido deixada de lado — em razão do fato de que o lucro, na época, não era obtido por meio do processo produtivo, mas decorria, sobretudo, da inflação e da grande variação de preços das mercadorias entre uma região e outra —, passou a receber considerável importância. Não obstante o fato de os doutrinadores do período, especialmente na Inglaterra, terem demonstrado preocupação com a questão da produtividade, essa preocupação, por parte dos governos mercantilistas, foi crescendo à medida que as políticas

mercantilistas deixavam de ser suficientes para as necessidades do capitalismo e de grande parte dos capitalistas do período. Isso porque, em razão da crescente concorrência e do comércio, as diferenças de preços entre um lugar e outro começaram a desaparecer, reduzindo os lucros consideravelmente. Ademais, à medida que os lucros auferidos em decorrência das diferenças de preços foram diminuindo, passou-se a ter uma crescente integração do controle capitalista, não apenas no processo de produção, mas também no comércio, contribuindo para que a preocupação com a produtividade aumentasse.

Isso tudo demonstrou o papel relevante que a produtividade teve na transição para o capitalismo.

Não por acaso, verificou-se que a produtividade teve papel relevante no pensamento de muitos economistas de diferentes correntes de pensamento econômico. O mesmo ocorreu quando se verificou o papel da produtividade para algumas das principais instituições internacionais. Com base nas obras dos economistas e das instituições analisadas, foi possível atestar que a preocupação com o aumento da produtividade parece ter sido relacionada, sobretudo, à possibilidade de geração de mais excedente, e, conseqüentemente, mais riqueza disponível.

Atestou-se, também, que apesar de haver diversos modos para mensurar a produtividade, ela pode ser compreendida, de maneira geral, como a quantidade de produto gerada com uma quantidade de determinado fator. Esse fator pode ser, por exemplo, mas não taxativamente, trabalho, capital, insumos em geral, área de terra, dentre outros.

Especialmente para as instituições internacionais Cepal, OCDE e Banco Mundial, o aumento da produtividade se mostra essencial para que o desenvolvimento sustentável possa ocorrer, principalmente nos países da América Latina.

Da análise de mais de duzentas constituições em vigor atualmente no mundo, verificou-se que diversas delas buscaram prever meios de aumentar a produtividade. Com isso, foi possível concluir que a previsão da busca pelo aumento da produtividade pela Constituição brasileira não se trata de um caso isolado no mundo, havendo constituições de países influenciados pelas mais variadas correntes de pensamento econômico que também procuraram garantir constitucionalmente que a produtividade fosse aumentada.

Já se aproximando da abordagem acerca do modo como ocorreu a incorporação da busca pelo aumento da produtividade no direito brasileiro, foi analisado primeiramente o que pensam os economistas brasileiros a respeito da produtividade, pois, como se sabe, por vezes o pensamento dominante acaba influenciando o direito e sendo por ele incorporado. Dessa verificação, foi possível concluir que economistas influenciados por linhas de pensamento

completamente diversas convergem quanto à importância de se buscar o aumento da produtividade nacional. Assim, a partir do momento em que se verifica uma certa convergência sobre a importância do aumento da produtividade para que o desenvolvimento nacional possa ocorrer, por parte de economistas de vertentes até mesmo conflitantes, há um forte argumento para que esse entendimento, caso não tenha sido incorporado pelas normas jurídicas, passe a ser.

Após, abordou-se a relação entre a produtividade e o direito econômico. Foi exposto, com base em Comparato, que o direito econômico busca atingir as estruturas do sistema econômico, almejando seu aperfeiçoamento ou sua transformação, superando o subdesenvolvimento. Pode o direito econômico, portanto, conforme o pensamento de Norbert Reich, ser utilizado como instrumento do Estado para influenciar, manipular e transformar a economia, de modo a atingir objetivos sociais ou coletivos, encapsulando os conflitos entre a política e a economia.

Esse direito econômico pode ser objeto de tutela no âmbito constitucional, como ocorre com a Constituição brasileira de 1988, que foi estruturada com o objetivo de exercer a função de planejar as transformações sociais e do Estado, prevendo, em seu texto, as bases para um projeto nacional de desenvolvimento, estabelecendo as tarefas e os fins do Estado na sociedade.

A Constituição brasileira de 1988, portanto, previu dispositivos que consistem em cláusulas transformadoras, na acepção utilizada por Verdú, tais como o artigo 3º, as quais expõem o contraste entre a realidade social injusta e a necessidade de eliminá-la. Com efeito, a Constituição consiste na defesa da mudança da realidade pelo direito, como entende Canotilho. Ela não permite, por consequência, que se deixe de realizar o que ainda não foi realizado, sendo dever do Estado promover a transformação da estrutura econômico-social. Servem esses dispositivos, portanto, de instrumentos normativos que permitem transformar fins sociais e econômicos em jurídicos, conforme expõe Bercovici, devendo servir como linha de desenvolvimento e de interpretação teleológica para todo o ordenamento jurídico.

Não são tais dispositivos meras normas programáticas, denominação comumente utilizada para justificar a não vinculatividade e a não concretização de dispositivos constitucionais; eles têm caráter conformador, que assinalam os fins, os objetivos a serem perseguidos por todos os meios legais existentes para edificar uma sociedade distinta da existente no momento da elaboração do texto constitucional, ocasionando um “salto” de uma estrutura social para outra, juntamente com o aumento do nível econômico e cultural-intelectual da sociedade, tal como recomenda Eros Grau.

Da mesma maneira, a busca pelo aumento da produtividade, que está intimamente relacionada com o objetivo fundamental do desenvolvimento nacional, pois se trata de um dos fundamentos para que ele possa ocorrer de modo sustentável, tem o descrito caráter transformador.

Esse caráter transformador da busca pelo aumento da produtividade pode ser verificado por dois diferentes prismas.

No primeiro, o caráter transformador da busca pelo aumento da produtividade ocorre em razão das medidas que devem ser adotadas para que esse aumento possa se concretizar. Em outras palavras, significa dizer que, para que esse aumento seja possível, faz-se necessário investir, fomentar melhorias e realizar planejamentos em determinados âmbitos extremamente importantes para o desenvolvimento da sociedade — por exemplo, em educação, infraestrutura, P&D, inovações tecnológicas, agricultura —, bem como buscar a mitigação das desigualdades, que é um dos principais impedimentos aos altos índices de produtividade em uma nação.

O segundo prisma sob o qual se pode verificar o caráter transformador da busca pelo aumento da produtividade é, conforme exposto, o da relação entre o aumento da produtividade e a geração de mais riqueza com a mesma quantidade de determinado fator. A existência de mais riqueza disponível possibilita aumento dos salários e diminuição de custo para os trabalhadores (os quais passam a ter maior poder de compra e um melhor padrão de vida), mais lucros para as empresas (de modo a possibilitar mais investimentos) e maior arrecadação para o Estado (possibilitando que os direitos garantidos constitucionalmente sejam concretizados).

É bem por isso que a busca pelo aumento da produtividade é um dever do Estado, que deverá almejar alcançar esse objetivo por meio tanto de incentivos diretos a medidas que o fomentem como também pelo estímulo a atividades por parte da iniciativa privada que contribuam para isso. Do mesmo modo, é vedada ao Estado a instituição de normas que sejam contrárias a esse fim, sob pena de inconstitucionalidade.

Por esse motivo é que se torna possível verificar, da análise da legislação, tanto infranconstitucional como constitucional, que houve um amadurecimento constante na busca pelo aumento da produtividade no Brasil.

Nesse sentido, percebe-se que já em 1967 foi instituído o Fundepro, relacionado ao BNDE, o qual tinha como foco pesquisas que permitissem o aumento da produtividade industrial.

Um fato relevante observado foi que pouco tempo após a criação do Fundepro, uma Constituição brasileira, pela primeira vez na história, passou a demonstrar preocupação com o aumento da produtividade, com a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que alterou a redação da Constituição de 1967. Com a referida alteração, o desenvolvimento econômico, que na Constituição de 1967, em sua redação original, constava como um dos princípios que fundamentavam a ordem econômica (art. 157 da CF/1967), foi modificado substancialmente. Com a modificação, o desenvolvimento, que antes constava em um inciso do referido artigo, passou para o *caput*, ficando estabelecido que a ordem econômica e social teria por fim realizar o desenvolvimento nacional. Deixou, portanto, o desenvolvimento, que antes era tratado como desenvolvimento econômico, de ser apenas um princípio que fundamentava a ordem econômica para se tornar o fim a ser realizado pela ordem econômica (juntamente com a justiça social).

Além do mais, um aspecto que também merece relevo é que, a partir do momento em que o desenvolvimento passou a ser um fim a ser realizado pela ordem econômica, foi inserido um novo inciso no mencionado artigo, prevendo que esse fim (desenvolvimento e justiça social) será baseado em determinados princípios, dentre os quais o da “expansão das oportunidades de emprego produtivo”. Ou seja, a Constituição brasileira estabeleceu que a ordem econômica deverá realizar o desenvolvimento nacional baseada, também, na expansão não meramente do emprego, mas do emprego produtivo. Esse fato demonstra que essa preocupação com a produtividade, que pode ser verificada anteriormente, quando da instituição do Fundepro, acabou por ser incorporada à Constituição em 1969.

Posteriormente, outras leis foram criadas nas quais se pode perceber a preocupação com a busca pelo aumento da produtividade.

Um exemplo é o do Decreto-Lei nº 288, de 1967, com a redação dada pela Lei nº 8.287/1991, que regula a Zona Franca de Manaus. Ele, em seu artigo 7º, §§ 1º e 7º, II, “d”, previu que, para poder se utilizar da redução da alíquota no Imposto de Importação, os produtos da Zona Franca de Manaus deveriam respeitar alguns requisitos, dentre os quais os de que esses produtos tivessem como objetivo níveis crescentes de produtividade.

Outro exemplo é o da Lei nº 11.196/2005, que prevê alguns incentivos fiscais para a inovação tecnológica, definindo esta, em seu artigo 17, como “a concepção de novo produto ou processo [...] que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado”.

Mais recentemente, em outubro de 2018, foi instituído, por meio do Decreto nº 9.547, o Programa Brasil Mais Produtivo, que, nos termos de seu artigo 1º, se destina “a elevar os

níveis de produtividade e de eficiência na indústria brasileira por meio de ações de extensionismo industrial”.

Com isso, foi possível concluir que a preocupação com a busca pelo aumento da produtividade no Brasil sofreu um processo de amadurecimento ao longo do tempo e permanece até os dias atuais, deixando de ser uma questão apenas econômica para receber o *status* de norma jurídica.

Uma das explicações encontradas para esse amadurecimento foi o fato de que ele ocorreu gradualmente, na medida em que os índices de produtividade do Brasil passaram a indicar que o país estava ficando cada vez mais distante em comparação com os países mais avançados.

Ao se analisar especificamente a Constituição brasileira de 1988, verificou-se, preliminarmente, que houve uma grande preocupação por parte dos constituintes, na maior parte das comissões e das subcomissões, com a busca pelo aumento da produtividade, tendo sido propostas diversas medidas para que esse objetivo fosse alcançado.

Nada obstante isso, demonstrou-se que o aumento da produtividade é um dos fundamentos para que o desenvolvimento possa ocorrer.

Isso porque, para além dos argumentos já expostos sobre a contribuição, para o desenvolvimento, da busca pelo aumento da produtividade, em razão de seu caráter transformador, existem outros que corroboram a tese. Um deles é que há fortes indícios, conforme amplamente demonstrado no presente trabalho, de que a geração de riqueza será cada vez mais dependente do aumento da produtividade, de modo que ou ocorre uma melhora constante nos índices de produtividade, ou não haverá riqueza suficiente para ser transformada em salários mais altos, mais lucros e maior arrecadação por parte do Estado, dificultando a concretização dos direitos fundamentais previstos pela Constituição.

Assim, embora não se possa afirmar que o aumento da produtividade seja sempre essencial para o desenvolvimento, pode ser um dos principais instrumentos para isso, consistindo, desse modo, em um dos pilares para o desenvolvimento sustentável. Sabe-se que o desenvolvimento é muito mais do que mero crescimento econômico. Além do mais, a busca pelo aumento da produtividade, quando considerada um fim em si mesma, coloca em risco diversos direitos da mais alta importância garantidos pela Constituição. No entanto, da análise dos diversos estudos abordados no presente trabalho, tudo indica que um dos principais fatores que prejudicaram a promoção do desenvolvimento nacional foi a estagnação da produtividade. Isso porque a baixa produtividade pode significar que o potencial produtivo do

país não está sendo plenamente utilizado, o que ocasiona um desperdício na geração de riqueza e acaba dificultando a concretização dos direitos constitucionalmente assegurados.

Como se não bastasse, o aumento da produtividade, que acarreta geração de mais riqueza com a mesma quantidade de um determinado fator, é também uma via para compensar um gargalo cuja tendência é agravar-se cada vez mais e que prejudica a economia, qual seja, a queda constante no bônus demográfico. Isso significa que, segundo estimativas para o futuro, a população em idade ativa, da qual se extrai a força de trabalho, deixará de crescer (provavelmente em 2048 ou 2049), de tal maneira que o crescimento do PIB será cada vez mais dependente do aumento da produtividade.

Com isso, pode-se concluir que a busca pelo aumento da produtividade está prevista na Constituição brasileira quando esta elenca o desenvolvimento como objetivo fundamental da República, por ser esse aumento um dos fundamentos sem os quais o desenvolvimento dificilmente ocorrerá de maneira sustentável.

Uma vez estabelecida essa premissa, e uma vez que o desenvolvimento, na Constituição, é um objetivo fundamental que visa à transformação da sociedade, é possível chegar a algumas conclusões. A primeira é que a busca pelo aumento da produtividade, por consistir em um dos pilares sobre os quais o desenvolvimento se fundamenta — de tal modo que, sem a melhora constante nos níveis de produtividade, o desenvolvimento dificilmente ocorrerá de maneira sustentável —, é uma norma constitucional transformadora.

Com efeito, considerar a busca pelo aumento da produtividade como uma norma constitucional transformadora acarreta uma série de implicações relativas à sua eficácia. Antes, no entanto, fez-se necessário tecer algumas observações, a fim de esclarecer o que a busca pelo aumento da produtividade não é.

A referida norma, em uma primeira análise, poderia vir a ser categorizada por parte da doutrina como sendo uma norma programática. Todavia, essa classificação se mostra problemática, motivo pelo qual merece ser superada.

Isso porque essa doutrina da (in)eficácia das normas constitucionais acabou impedindo importantes avanços sociais, de modo a servir para manter o estado das coisas inconstitucional, assim como um certo estado de exceção permanente, o que acarreta a vulnerabilidade da própria constituição, tal como entende André Ramos Tavares.

Assim, entender que tais normas dependem de uma legislação infraconstitucional para ter eficácia ocasiona graves problemas, pois, quando determinada norma constitucional tem sua aplicabilidade condicionada, passa a ocorrer uma vulnerabilização da hierarquia constitucional, de maneira permanente, concedendo um poder constituinte exacerbado ao

Poder Legislativo e violando a interdependência do Poder Judiciário. Esse pensamento acaba, por consequência, esquecendo uma premissa fundamental: a de que a norma constitucional opera sobre a lei, e não para a lei.

Na verdade, as normas constitucionais impõem uma vinculação direta e orgânica perante os Poderes instituídos, pois, caso contrário, essas conquistas não teriam eficácia nem estariam qualificando valorativamente o Estado como social de direito.

Esse posicionamento que defende a (in)eficácia de algumas normas constitucionais alinha-se, implicitamente, à concepção de primazia do Poder Legislativo e de impotência do Poder Judiciário. Isso significa, levado às últimas consequências, a não aceitação da possibilidade de concretização de certos comandos constitucionais por parte do Judiciário, razão pela qual os defensores desse pensamento entendem que determinadas normas na Constituição estariam fora da esfera do manejo judicial, significando, assim, que não seriam judicializáveis. Adotar esse entendimento significaria dizer que essas normas teriam sua concretização à mercê da vontade exclusiva e arbitrária do legislador.

Por tais motivos, tem-se que a norma constitucional da busca pelo aumento da produtividade, um dos fundamentos do desenvolvimento sustentável, em razão de seu caráter transformador, não pode, de maneira alguma, ser alçada à categoria de mera norma com eficácia limitada à boa vontade do legislador infraconstitucional. Tal norma, deve, na verdade, ter reconhecida sua eficácia imediata, não sendo permitido, portanto, que o Estado se escuse de suas obrigações de adotar medidas diretas voltadas para o aumento da produtividade nacional, assim como medidas indiretas, como o fomento de condutas por parte dos agentes privados para que estes contribuam para esse mesmo fim.

Do mesmo modo, não pode o Estado, agindo contra a norma da busca pelo aumento da produtividade, editar normas que sejam contrárias a esse fim, sob pena de inconstitucionalidade.

Com relação ao Poder Judiciário, é importante salientar que ele não poderá se omitir diante da mencionada determinação constitucional, devendo buscar dar pleno cumprimento à norma, sob pena de desobediência à Constituição.

Ainda, é possível estabelecer alguns efeitos decorrentes do reconhecimento da busca pelo aumento da produtividade como uma norma constitucional transformadora.

De início, de modo similar aos efeitos descritos por Luís Roberto Barroso quando se refere às normas denominadas de “programáticas”, a referida norma tem efeitos imediatos de: i) revogar todos os atos normativos que contenham disposição com ela conflitante; ii) conduzir à inconstitucionalidade de todos os atos normativos que venham a ser editados, caso

sejam com ela incompatíveis. Além disso, no âmbito subjetivo, concedem, também de imediato, às pessoas (físicas ou jurídicas), o direito a: i) opor-se judicialmente ao cumprimento de regras ou à sujeição de atos que as afete, caso eles sejam contrários ao sentido dessa regra; ii) obter, nas prestações jurisdicionais, interpretação e decisão que sejam direcionadas no mesmo sentido determinado pela referida norma, sempre que o interesse constitucional por ela previsto esteja em pauta.

Todavia, por não se tratar de mera norma programática, mas ter o caráter de norma constitucional transformadora, impõe uma vinculação direta ao Estado para que este adote meios de concretizá-la. Esses meios podem ser diretos, com a instituição de leis e programas com esse fim, proporcionando as condições necessárias para que isso ocorra, ou indiretos, fomentando condutas por parte dos agentes privados as quais contribuam para esse objetivo.

Por fim, analisando a Constituição, verificou-se que diversos aspectos consagrados por ela estão diretamente relacionados com o aumento da produtividade, de tal maneira que é possível afirmar que há uma internormatividade entre a norma constitucional transformadora da busca pelo aumento da produtividade e esses dispositivos. Como exemplo dessa internormatividade, é possível citar o caso da educação, considerada um direito social (art. 6º) e um direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205). A educação é um dos principais meios para que a busca pelo aumento da produtividade possa ser concretizado. Ao mesmo tempo, aumentar a produtividade pode acarretar, como anteriormente exposto, diversas consequências positivas — em especial, maior arrecadação para os cofres públicos. Com uma maior quantidade de recursos disponíveis, o Estado poderá investir e adotar medidas que melhorem a educação. Em outras palavras, significa dizer que tudo isso acaba contribuindo para o desenvolvimento sustentável, permitindo que uma espécie de ciclo virtuoso seja criado, no qual a melhora de um fator acarreta a melhora de outro. É o que ocorre também na relação entre a norma da busca pelo aumento da produtividade e a infraestrutura, a pesquisa e desenvolvimento, as inovações tecnológicas, a agricultura e a igualdade. Tudo isso corrobora o argumento de que a busca pelo aumento da produtividade é um dos pilares para que o desenvolvimento possa ocorrer e ser mantido ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- ABOWD, John M.; HALTIWANGER, John; JARMIN, Ron; LANE, Julia; LENGERMANN, Paul; McCUE, Kristin; McKINNEY, Kevin; SANDUSKY, Kristin. The Relation among Human Capital, Productivity, and Market Value: Building Up from Micro Evidence. In: CORRADO, Carol; HALTIWANGER, John; SICHEL, Dan (eds). *Measuring Capital in the New Economy*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- ACEMOGLU, Daron; RESTREPO, Pascual. Artificial Intelligence, Automation and Work. *National Bureau of Economic Research Working Paper*, n. 24196, jan. 2018.
- ACEMOGLU, Daron; RESTREPO, Pascual. Robots and Jobs: Evidence from US Labor Markets. *National Bureau of Economic Research Working Paper*, n. 23.285, Mar. 2017.
- AEDO, Cristian; HENTSCHEL, Jesko; MORENO, Martin; LUQUE, Javier. From Occupations to Embedded Skills: A Cross-Country Comparison. *World Bank Policy Research Working Paper*, Washington, D.C, n. 6560, 2013.
- AGÉNOR, P. R. A theory of infrastructure-led development. *Journal of Economic Dynamics & Control*, v. 34, p. 932-950, 2010
- AHEARN, M. et. al. *Agricultural Productivity in the United States*. Washington: Economic Research Service, 1998.
- ALESTALO, J. H. et al. Changing Governance for Innovation Policy Integration in Finland. In: OECD. *Governance of Innovation Systems*. Paris: OCDE, 2005. v. 2.
- ALMEIDA, Eduardo Simões de; PEROBELLI, Fernando Salgueiro; FERREIRA, Pedro Guilherme Costa. Existe convergência espacial da produtividade agrícola no Brasil? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 46, n.1, p. 31-52, jan./mar. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032008000100002&script=sci_arttext#tx01. Acesso em: 12 jun. 2018.
- ALSTON, J. M. et al. *The value of Embrapa Varietal Improvement Research*. A report prepared for Embrapa by The International Food Policy Research Institute (IFPRI), in collaboration with the University of California. Davis, May 2001.
- ALSTON, J. M.; ANDERSEN, M. A.; JAMES, J. S.; PARDEY, P. G. *Persistence Pays: U.S. Agricultural Productivity Growth and the Benefits from Public R&D Spending*. Nova York: Springer, 2010.
- ALVES, E. O que significam as medidas de produtividade da agricultura? *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 8, n. 3, p. 349-370, 2010.

ALVIM, M. I. S. A. *Competitividade da produção de soja nos sistemas de plantio direto e plantio convencional em Mato Grosso do Sul*. 2003. 148 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

AMSDEN, Alice. *Asia's next giant: South Korea and Late Industrialization*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

ANDERSEN, Matthew A. Public Investment in U.S. Agricultural R&D and the Economic Benefits. *Food Policy*, v. 51, p. 38-43, 2015.

ANDRADE, José Maria Arruda de. Hermenêutica da ordem econômica constitucional e o aspecto constitutivo da concretização constitucional. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico*, ano 1, n. 1, p. 249-268, mar./ago. 2012.

ARAÚJO JR., I. T.; RAMOS, F. Investimento em infraestrutura e crescimento econômico no Brasil. *Revista Economia e Desenvolvimento*, Recife, v. 5, n. 2, p. 161-188, 2006.

ARGENTINA. Constituição (1853). Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Argentina_1994?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

ASCHAUER, D. Is public expenditure productive? *Journal of Monetary Economics*, v. 23, p. 177-200, 1989.

AUTOR, David H.; LEVY, Frank; MURNANE, Richard J. The Skill Content of Recent Technological Change: An Empirical Exploration. *National Bureau of Economic Research*, n. w8337, p. 1279-1333, 2001.

AUTOR, David H.; PRICE, Brendan M. *The Changing Task Composition of the US Labor Market: an Update of Autor, Levy and Murnane*. MIT, 2013. Mimeograph.

AVILA, A. F. D.; EVENSON, R. E. Total Factor Productivity Growth in the Brazilian Agriculture and the Role of Agricultural Research. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA E RURAL, 33, 1995, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Sober, 1995. p. 1097-1103.

AVILA, A. F. D.; IRIAS, L. J. M.; PAIVA, R. M. *The Socio-Economic Impact of Investment in Research by EMBRAPA: Results Obtained, Profitability and Future Prospects*. Brasília: Embrapa, 1985.

AZAGRA CARO, Joaquín; GRABLOWITZ, Alexander. Data on Business R&D: Comparing BERD and the Scoreboard. *JCR Scientific and Technical Reports*, Luxembourg: European Commission, 2007. Disponível em: <http://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/bitstream/JRC44585/jrc44585.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BACCHIOCCHI, E.; MONTORBIO, F. International Knowledge Diffusion and Home-bias Effect: Do USPTO and EPO Patent Citations Tell the Same Story? *Scandinavian Journal of Economics*, v. 112, p. 441-470, 2010.

BAHIA, L. D.; ARBACHE, J. S. Diferenciação salarial segundo critérios de desempenho das firmas industriais brasileiras. In: DE NEGRI, João Alberto; SALERNO, Mario Sergio (orgs.). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília: Ipea, 2005. p. 47-74.

BALL, E. Productivity and Output Growth in U.S. Agriculture. In: WIEBE, K.; GOLLEHON, N. (eds.). *Agricultural Resources and Environmental Indicators*. Nova York: USDA July 2006. p. 91-96.

BALL, E.; SCHIMMELPFENNIG, D.; WANG, S. L. Is US Agricultural Productivity Growth Slowing?. *Applied Economic Perspectives and Policy*, v. 35, n. 3, p. 435-450, 2013.

BALSADI, O. V. *O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais*. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

BANCO MUNDIAL. *Emprego e crescimento: a agenda da produtividade*. Washington D.C.: Banco Mundial, 2018.

BANCO MUNDIAL. Retomando o caminho para a inclusão, o crescimento e a sustentabilidade. Maio 2016. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/686871468197371171/pdf/101431-REVISED-PORTUGUESE-v2-SCD-Sumario-Executivo.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BANISTER, D. Transport and Economic Development: Reviewing the Evidence. *Transport Reviews*, v. 32, n. 1, p. 1-2, 2012.

BANISTER, D.; BERECHMAN, Y. Transport Investment and the Promotion of Economic Growth. *Journal of Transport Geography*, v. 9, issue 3, p. 209-218, Sep. 2001.

BANISTER, D.; THURSTAIN-GOODWIN, M. Quantification of the Non-Transport Benefits Resulting from Rail Investment. *Journal of Transport Geography*, v. 19, p. 297-318, 2011.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.

BARBOSA FILHO, Nelson Henrique. *Discurso do Ministro Nelson Barbosa por ocasião da solenidade de transmissão de cargo*. Brasília: Ministério da Fazenda, 21 dez. 2015. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2015/dezembro/presidenta-dilma-rousseff-da-posse-aos-novos-ministros-do-planejamento-e-da-fazenda/2015.12.21DiscursodoMinistroBarbosanasolenidadedetransmissodecargo.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

BARBOSA, M. M. T. L.; AVILA, A. F. D.; CRUZ, E. R. da. Benefícios sociais e econômicos da pesquisa da Embrapa: uma reavaliação. In: YEGANIANZ, L. (org.). *Pesquisa agropecuária: questionamentos, consolidação e perspectivas*. Brasília: Embrapa, 1988. 58 p. (EMBRAPA-DEP, Documentos 17).

BARRO, R. Economic Growth in a Cross Section of Countries. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 106, n. 2, p. 407-444, May 1991.

BARRO, R. Government Spending in a Simple Model of Endogenous Growth. *Journal of Political Economy*, v. 98, p. 103-125, 1990.

BARRO, R.; LEE, J. W. Sources of Economic Growth. *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, v. 40, p.1-46, 1994.

BARROS, R.; RAPOSO, I. Dotação de infraestrutura como limitante para redução de disparidades regionais no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS, II, 2002, São Paulo, *Anais [...]*. São Paulo: Aber, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira*. São Paulo: Renovar, 2006.

BECKER, G. S. *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*. 3rd ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

BEITSCHER, Jane K.; HUNT, E. K. Insights into the Dissolution of the Feudal Mode of Production. *Science and Society*, v. 40, n. 1, p. 57-71, 1976.

BENNATHAN, E.; CANNING, D. The Social Rate of Return on Infrastructure Investments. *World Bank Policy Research Discussion Paper*, n. 2390, 2002.

BERCOVICI, Gilberto. A problemática da Constituição dirigente: algumas considerações sobre o caso brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, v. 142, ano 36, p. 35-51, abr./jun. 1999.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição e Estado de exceção permanente: atualidade de Weimar*. Rio de Janeiro: Azougue, 2004

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERCOVICI, Gilberto. *Política econômica e direito econômico*. Fortaleza: Pensar, v. 16, n. 2, p. 562-588, jul./dez. 2011.

BERG, Andrew G.; OSTRY, Jonathan D. *Inequality and Unsustainable Growth: Two Sides of the Same Coin?* Washington: IMF, 2011.

BERTUSSI, G.; ELLERY JUNIOR, R. Infraestrutura de transporte e crescimento econômico no Brasil. *Journal of Transport Literature*, v. 6, n. 4, p. 101-132, 2012.

BHATTA, S. D.; DRENNAN, M. P. The Economic Benefits of Public Investment in Transportation: A Review of Recent Literature. *Journal of Planning Education and Research*, v. 22, p. 288-296, 2003.

BID. *Development in the Americas: The age of productivity: Transforming economies from the bottom up*. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank; Palgrave MacMillan, 2010.

BID. *Science, Technology and Innovation in Latin America and the Caribbean: A Statistical Compendium of Indicators*. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 2010.

BINSWANGER, H. Agricultural and Rural Development: Painful Lessons. *Agricultural Economics Research, Policy and Practice in Southern Africa*, v. 33, 1994.

BLAUG, Mark. The Economics of Education in English Classical Political Economy. In: SKINNER, A. S.; WILSON, T. (eds.). *Essays on Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 568-599.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Tradução de Liz Silva. São Paulo; Lisboa: Edições 70, 2014.

BLOOM, N.; SADUN, R.; VAN REENEN, J. *It Ain't What You Do, It's the Way That You Do I.T.* Testing Explanations of Productivity Growth Using US Affiliates. London: London School of Economics-Centre for Economic Performance, 2005.

BLOOM, N.; VAN REENEN, J. Why Do Management Practices Differ across Firms and Countries?. *Journal of Economic Perspectives*, v. 24, p. 203-224, 2010.

BÖHM-BAWERK, Eugen von. *The Positive Theory of Capital*. New York: Strechert, 1923.

BONELLI, R. Sobre o enigma do lento crescimento brasileiro. In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (orgs.). *A crise de crescimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier; FGV-IBRE, 2016. p. 61-86.

BONELLI, Regis. Impactos econômicos e sociais de longo prazo da expansão agropecuária no Brasil: revolução invisível e inclusão social. In: SEMINÁRIO SOBRE OS IMPACTOS DA MUDANÇA TECNOLÓGICA DO SETOR AGROPECUÁRIO NA ECONOMIA BRASILEIRA, I, 2001, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Embrapa, 2002.

BONELLI, Regis. Produtividade e armadilha do lento crescimento. In: DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: IPEA, 2014. v. 1.

BOSS, Helen. Division of Labour and Unproductive Labour in a System of Natural Liberty: Adam Smith's Dilemma. *Historical Reflections*, v. 15, n. 2, p.417-442, summer 1988.

BOSS, Helen. Unproductiveness Fallacy and Materialist Fallacy in the Economics of Das Kapital. *Department of Economics working paper*. Montreal: Université du Québec à Montréal, 1984.

BOWLES, Samuel; DURLAUF, Steven N.; HOFF, Karla. *Poverty Traps*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

BRANSTETTER, L.; SAKAKIBARA, M. Japanese Research Consortia: A Microeconometric Analysis of Industrial Policy. *Journal of Industrial Economics*, v. 46, n. 2, p. 207-233, jun. 1998.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Comissão da Ordem Econômica. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Comissão da Ordem Social. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Comissão dos Direitos dos Trabalhadores. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Subcomissão da Ciência e Tecnologia. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF; Senado Federal: Centro Gráfico, 1967.

BRASIL. Constituição (1967). *Emenda Constitucional nº 1, de 1969*. Brasília, DF; Senado Federal: Centro Gráfico, 1969.

BRASIL. Decreto nº 67.323, de 2 de outubro de 1970. Cria o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FMRI) e dá outras providências. *Coleção de Leis do Brasil*, 1970. v. 8.

BRASIL. *Lei Federal nº 10.973/04, de 02 de dezembro de 2004*. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, 2 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. *Lei Federal nº 11.196, de 21 de novembro de 2005*. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; [...] e dá outras providências. Brasília, 21 nov. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AgI no RE 271.286. Ministro Relator Celso de Mello. DJ de 24 nov. 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento econômico, sofisticação produtiva e valor-trabalho*. São Paulo: FGV-EESP, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. *Lua Nova*, São Paulo, n. 93, p. 33-60, set./dez. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Incompatibilidade distributiva e desenvolvimento auto-sustentado. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (orgs.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA; CEPAL, 2002. p. 117-148.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Lucro, acumulação e crise*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BROADBERRY, S.; O'MAHONY, M. Britain's Productivity Gap with the United States and Europe: A Historical Perspective. *National Institute Economic Review*, v. 189, p. 72-85, 2004.

CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina). *Observatorio de Movilidad Urbana*. 2016. Disponível em: <http://www.caf.com/es/temas/o/observatorio-de-movilidad-urbana/bases-de-datos>. Acesso em: 17 set. 2018.

CALDERÓN, C.; SERVÉN, L. The Output Cost of Latin America's Infrastructure Gap. In: EASTERLY, William. *The limits of Stabilization: Infrastructure, Public Deficits and growth in Latin America*. Palo Alto: Stanford University Press, 2003. p. 95-118.

- CAMERON, G.; PROUDMAN, J.; REDDING, S. Productivity convergence and international openness. *In: PROUDMAN, J.; REEDING, S. (eds.). Openness and Growth.* London: Bank of England, 1998. p. 775-807.
- CAMPOS, S.; SIMÕES, R. Infraestrutura de transportes e determinantes do desenvolvimento no Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 39, 2011, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: Anpec, 2011.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Constituição dirigente e vinculação do legislador: contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas.* Coimbra: Coimbra, 2001.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional.* Coimbra: Livraria Almedina, 1987.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa Anotada.* Coimbra: Coimbra, 1993.
- CASTELLANI, Davide; PIVA, Mariacristina; SCHUBERT, Torben; VIVARELLI, Marco. The Productivity Impact of R&D Investment: A Comparison between the EU and the US. *IZA DP*, n. 9937, May 2016.
- CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *O BNDE nos anos do “milagre” brasileiro: memórias do desenvolvimento.* set. 2010. v. 4.
- CEPAL. *A ineficiência da desigualdade: síntese* (LC/SES.37/4), Santiago: Nações Unidas, 2018.
- CEPAL. *Heterogeneidad estructural y brechas de productividad: de la fragmentación a la convergencia.* Santiago (Chile): Cepal, 2010.
- CEPAL. *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento.* Santiago (Chile): Nações Unidas, 2012.
- CEPAL. *Pactos para la igualdad: hacia un futuro sostenible* (LC/G.2586 (SES.35/3)). Santiago, 2014.
- CEPAL. *Panorama multidimensional del desarrollo urbano en América Latina y el Caribe.* Documentos de Proyectos (LC/TS.2017/67). Santiago, 2017
- CEPAL. *Progreso técnico y cambio estructural en América Latina: documentos de proyecto*, No 136 (LG/W. 136), Santiago (Chile): Cepal, 2007.

CHAPAN, J. M.; POWERS, Eileen E. (eds.) *The Agrarian Life of the Middle Ages*. 2nd ed. London: Cambridge University Press, 1966. (The Cambridge Economic History of Europe, v. 1).

CHATMAN, D. G.; NOLAND, R. B. Do Public Transport Improvements Increase Agglomeration Economies? A Review of Literature and an Agenda for Research. *Transport Reviews*, v. 31, n. 6, p. 725-742, 2011.

CHEN, S.; RAVALLION, M. *More Relatively-Poor People in a Less Absolutely-Poor World*. *Policy Research Working Paper*, Washington, D.C.: World Bank, n. 6114, 2012.

CHINA. *Constituição (1982)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/China_2004?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

CHOMITZ, K. M.; GRAY, D. P. Roads, Land Markets, and Deforestation: A Spatial Model of Land Use in Belize. *The World Bank Economic Review*, Washington, D.C., v. 10, p. 487-512, 1996.

CHUDNOVSKY, Daniel; LÓPEZ, Andrés; PUPATO, Germán. Innovation and Productivity in Developing Countries: A Study of Argentine Manufacturing Firms' Behavior (1992-2001). *Research Policy*, v. 35, p. 266-288, 2006.

CIMOLI, M.; ROVIRA, S. Elites and Structural Inertia in Latin America: An Introductory Note on the Political Economy of Development. *Journal of Economic Issues*, v. 42, n. 2, p. 327-347, 2008.

CIPRANDI, O.; FERT NETO, J. As perspectivas da pequena produção familiar na agricultura. *Ciência Rural*, v. 26, n. 1, p. 135-141, 1996.

CIRERA, Xavier; MALONEY, William F. *The Innovation Paradox: Developing-Country Capabilities and the Unrealized Promise of Technological Catch-Up*. Washington: World Bank Group, 2017.

CLARK, John Bates. *The Distribution of Wealth*. New York: Augustus M. Kelley, 1963.

COE, D.; HELPMAN, E. International R&D Spillovers. *European Economic Review*, v. 39, p. 859-887, 1995.

COHEN, W.; LEVINTHAL, D. Innovation and Learning: the Two Faces of R&D. *Economic Journal*, v. 99, p. 569-596, 1989.

COHN, Alain; FEHR, Ernst; GOETTE, Lorenz. *Fairness and Effort: Evidence from a Field Experiment*. Oct. 2008. Working paper.

COHN, Alain; FEHR, Ernst; HERRMANN, Benedikt; SCHNEIDER, Frederic. Social Comparison in the Workplace: Evidence from a Field Experiment. *IZA Working Paper*, n. 5550, Mar. 2011.

COLLINS, Randall. Functional and Conflict Theories of Educational Stratification. *American Sociological Review*, v. 36, n. 6, p. 1002-1019, Dec. 1971.

COLOMBIA. Constituição (1991). Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Colombia_2015?lang=en. Acesso em 17 set. 2018.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 35, n. 138, p. 39-48, abr./jun. 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. O indispensável direito econômico. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 353, p. 14-26, mar. 1965.

COMPARATO, Fábio Konder. *Para viver a democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CONAB. *Intenção de plantio safra 2006/07: primeiro levantamento*. Brasília: Conab, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. *Pesquisa CNT de Rodovias 2010: Relatório Gerencial*. Brasília: CNT; SEST; SENAT, 2010.

CONSIDERA, C. M.; SOUSA, E. L. L.; BRACALE, G. *Âncora verde: o papel da agricultura no ajuste econômico*. Brasília: SEAE, 2002.

COREIA DO NORTE. *Constituição (1972)*. Disponível em: https://constituteproject.org/constitution/Peoples_Republic_of_Korea_1998?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

CORTE FISCAL FEDERAL (Bundesfinanzhof), Decisão de 6 set. 2006. BFH, 06/09/2006, XI R 26/04. Disponível em: https://www.steuernetz.de/urteile/bfh/2006-09-06-xi-r-26_04. Acesso em: 5 mar. 2019

COURA, R. M.; FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, M. L. Eficiência e tecnologia na agricultura paulista entre 1985 e 2001. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 8, n. 2, p. 216-226, 2006.

CRESPI, Francesco; PIANTA, Mario. Diversity in Innovation and Productivity in Europe. *Journal of Evolutionary Economics*, v. 18, p. 529-545, 2008.

CRESPI, Gustavo; ZUNIGA, Pluvia. Innovation and Productivity: Evidence from Six Latin American Countries. *World Development*, v. 40, n. 2, p. 273-290, 2011.

- CROPPER, M.; PURI, J.; GRIFFITHS, C. Predicting the Location of Deforestation: the Role of Roads and Protected Areas in North Thailand. *Land Economics*, Madison, v. 77, n. 2, p. 172-186, 2001.
- CRUZ, E. R. da; PALMA, V.; AVILA, A. F. D. *Rates of Return on EMBRAPA's Investments: total investments and physical capital*. Brasília: Embrapa, 1982.
- CUNEO, P.; MAIRESSE, J. Productivity and R&D at the Firm Level in French Manufacturing. *NBER Working Paper*, n. 1068, 1983.
- CURRERI, Giuseppe. The Debate on Machinery: Why Ricardo Misunderstood Malthus. *History of Economic Ideas*, v. 14, n. 2, p. 33-52, 2006.
- CURRIE, Janet. Inequality at Birth: Some Causes and Consequences. *American Economic Review*, v. 101, n. 3, p. 1-22, 2011.
- DAUDE, C.; ROBANO, V. On Intergenerational (Im)Mobility in Latin America. *Latin American Economic Review*, v. 24, n. 9, p. 1-29, 2015.
- DAVERI, F. The New Economy in Europe, 1992-2001. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 18, p. 345-362, 2002.
- DE NEGRI, F. *et al.* Tecnologia, exportação e emprego. In: DE NEGRI, J. A.; DE NEGRI, F.; COELHO, D. (orgs.). *Tecnologia, exportação e emprego*. Brasília: Ipea, 2006. p. 17-50.
- DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Os dilemas e os desafios da produtividade no Brasil. In: DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo (orgs.). *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: ABDI; Ipea, 2014.
- DE NEGRI, Fernanda. Padrões tecnológicos e de comércio exterior das firmas brasileiras. In: DE NEGRI, João Alberto; SALERNO, Mário Sérgio (eds.). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília: Ipea, 2005. p. 75-118.
- DEFOE, Daniel. *The Complete English Tradesman, etc.* Edinburgh: William and Robert Chambers, 1839. v. 2.
- DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. *Parcerias Estratégicas*, Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v. 11, n. 22, p. 201-216, jun. 2006.
- DENG, Taotao. Impacts of Transport Infrastructure on Productivity and Economic Growth: Recent Advances and Research Challenges. *Transport Reviews: A Transnational Transdisciplinary Journal*, v. 33, n. 6, p. 686-699, 2013.
- DEVARAJAN, S.; SWAROOP, V.; ZOU, H. F. The Composition of Public Expenditure and Economic Growth. *Journal of Monetary Economics*, v. 37, n. 2, p. 177-200, 1996.

DILLARD, Dudley. *Economic Development of the North Atlantic Community*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1967.

DILLARD, Dudley. Ricardo in Retrospect. *The Journal of Economic History*, v. 13, n. 1, p. 94-101, winter 1953.

DIMAND, Robert W. Ricardo and International Trade Theory. *History of Economic Ideas*, v. 8, n. 3, p. 7-24, 2000.

DIMITRI, C.; EFFLAND, A.; CONKLIN, N. The 20th Century Transformation of U.S. Agriculture and Farm Policy. *Economic Information Bulletin*, n. 3, 2005. Disponível em: <https://www.ers.usda.gov/publications/pub-details/?pubid=44198>. Acesso em: 12 mar. 2019.

DOBB, Maurice. *Studies in the Development of Capitalism*. London: Routledge & Kegan Paul, 1946.

DOSI, G. *Mudança técnica e transformação industrial: a teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

DUGGAL, V.; SALTZMAN C.; KLEIN L. Infrastructure and Productivity: a Non Linear Approach. *Journal of Econometrics*, v. 92, p. 47-74, 1999.

DUTZ, Mark; ALMEIDA, Rita; PACKARD, Truman. *The Jobs of Tomorrow: Technology, Productivity and Prosperity in Latin America and the Caribbean*. Directions in Development. Washington, D.C.: World Bank, 2018.

DWORKIN, Ronald. *Taking Rights Seriously*. London: Duckworth, 1987.

EHRlich, P. R. *The Population Bomb*. New York: Ballantine Books, 1968.

EL SALVADOR. *Constituição (1983)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/El_Salvador_2014?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

ELLERY JR., Roberto. Produtividade total dos fatores no Brasil no período pós-reformas: comportamento e possíveis explicações. *Economia Aplicada*, v. 21, n. 4, 2017, p. 617-633.

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS. *Constituição (1971)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/United_Arab_Emirates_2009?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

ENGELS, Friedrich. *The Condition of the Working Class in England in 1844*. New York: Macmillan, 1958.

EQUADOR. *Constituição (2008)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Ecuador_2015?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

ERKEN, H.; VAN ES, F. Disentangling the R&D Shortfall of the EU vis-à-vis the US. *Jena Economic Research Papers*, n. 2007-107, Aug. 2007.

ESPANHA. *Constituição (1978)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Spain_2011?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

EUROPEAN COMMISSION. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: An Integrated Industrial Policy for the Globalisation Era Putting Competitiveness and Sustainability at Centre Stage*.

EVENSON, R. E. Observations of Brazilian agricultural research and productivity. *Revista de Economia Sociológica e Rural*, v. 20, n. 3, p. 367-401, 1982.

FAO. *The State of Food and Agriculture: Lessons from the Past 50 Years*. Rome: FAO, 2000

FERNALD, G. Roads to Prosperity? Assessing the Link Between Public Capital and Productivity. *American Economic Review*, v. 89, p. 619-638, 1999.

FERREIRA, P. C. Cavalcanti; MALLIAGROS, Thomas Georges. Impactos produtivos da infra-estrutura no Brasil: 1950-95. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 28, n. 2, p. 315-228, ago. 1998.

FERREIRA, P. C. Investimento em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: Ipea, v. 26, n. 2, p. 231-252, ago. 1996.

FERREIRA, P. C.; ISSLER, J. V. *Growth, Increasing Returns, and Public Infrastructure: Times Series Evidence*. Rio de Janeiro: FGV, 1995. (Ensaio Econômico EPGE, 258).

FIDA. *Desertification*. Roma: FIDA, 2010.

FORNAZIER, A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. *Heterogeneidade estrutural no setor agropecuário brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2006*. Brasília: Ipea, 2012.

FORNAZIER, Armando; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Heterogeneidade estrutural na produção agropecuária: Uma comparação da produtividade total dos fatores no Brasil e nos Estados Unidos. *Texto para Discussão*, Brasília: Ipea, n. 1819, 2013.

- FORTUNATO, W.; SILVA, G.; OREIRO, J. L. *Gasto público com infraestrutura, acumulação privada de capital e crescimento de longo prazo: uma avaliação teórica e empírica para o Brasil (1985-2003)*. Prêmio SOF de monografias, 2007.
- FRANCO, Gustavo H. B. *O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: 34, 1999.
- FREEMAN, C. *The Economics of Industrial Innovation*. London: Routledge, 1982.
- FREEMAN, C.; SOETE, L. *A economia da inovação industrial*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.
- FRISCHTAK, Cláudio R. O investimento em infra-estrutura no Brasil: histórico recente e perspectivas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 38, n. 2, p. 307-348, ago. 2008.
- FRISCHTAK, Cláudio; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Produção de commodities e desenvolvimento econômico: uma introdução. In: BELLUZZO, Luiz G.; FRISCHTAK, Cláudio R.; LAPLANE, Mariano. *Produção de commodities e desenvolvimento econômico*. Campinas: Unicamp-IE, 2014. p. 9-20.
- FUGLIE, K. O.; MACDONALD, J. M.; BALL, E. Productivity Growth in U.S. Agriculture. *Economic Brief*, [S. l.]: ERS/USDA, n. 9, 2007.
- FURNISS, Edgar S. *The Position of the Laborer in a System of Nationalism*. New York: Augustus M. Kelly, 1965.
- FURTADO, Celso. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: MEC-Ideb, 1959.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. Política industrial, desenvolvimento e os grandes desafios nacionais. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo; LAPLANE, Gabriela; SARTI, Fernando (orgs.). *O futuro do desenvolvimento: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho*. Campinas: Editora Unicamp, 2016. p. 231-270.

GALBRAITH, James K. *Inequality and Instability: A Study of the World Economy Just Before the Great Crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil: uma perspectiva histórica. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília: Ipea, n. 13, p. 183-214, jun. 1996.

GAMA, Marina Faraco Lacerda; NOBILE, A. Além do “legislador negativo” ou “positivo”: um caminho para a efetividade da Constituição. In: TAVARES, André Ramos; GAMA, Marina Faraco Lacerda (orgs.). *Omissão inconstitucional*. São Paulo: Max Limonad, 2018. p. 176-189.

GAN. *Constituição (1992)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Ghana_1996?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

GARCIA, F.; SANTANA, J. R.; SOUZA, R. C. *O custo social do subdesenvolvimento da infraestrutura*. São Paulo: Sinicesp; FGV, 2004. Relatório de pesquisa.

GAREMO, Nicklas; HJERPE, Martin; MISCHKE, Jan. The Infrastructure Conundrum: Improving Productivity. *Rethinking Infrastructure: Voices from the Global Infrastructure Initiative*, v. 2, p. 63-70, maio 2015.

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M.; OLIVEIRA, J. A. F. G. *Crédito rural e estruturas de financiamento*. Brasília: Ipea, 2004

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles; BACCHI, Mirian R. Piedade. Produtividade e fontes de crescimento da agricultura brasileira. In: DE NEGRI, João Alberto; KUBOTA, Luis Claudio (eds.). *Políticas de incentivo à inovação tecnológica*. Brasília: Ipea, 2008. p. 435-459.

GEMMELL, N. Evaluating the Impacts of Human Capital Stocks and Accumulation on Economic Growth: Some New Evidence. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, v. 58, p. 9-28, 1996.

GEROSKI, P. A. Do Spillovers Undermine the Incentive to Innovate?. In: DOWRICK, S. (ed.). *Economic Approaches to Innovation*. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1995. p. 76-97.

GERSCHENKRON, A. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge: The Belknap Press, 1962.

GLEWWE, Paul; JACOBY, Hanan G.; KING, Elizabeth M. Early Childhood Nutrition and Academic Achievement: a Longitudinal Analysis. *Journal of Public Economics*, v. 81, n. 3, p. 345-368, 2001.

GOLDIN, C. D.; KATZ, L. F. *The Race Between Education and Technology*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

GOMES, V.; PESSÔA, S.; VELOSO, F. Evolução da produtividade total dos fatores na economia brasileira: uma análise comparativa. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 33, p. 389-434, 2003.

GOMEZ-SALVADOR, R.; MUSSO, A.; STOCKER, M.; TURUNEN, J. Labour Productivity Developments in the Euro Area. *European Central Bank Occasional Paper*, n. 53, 2006.

GONÇALVES, Oksandro Osdival. Os incentivos tributários na Zona Franca de Manaus e o desequilíbrio concorrencial no setor de refrigerantes. *Economic Analysis of Law Review*, v. 3, n. 1, p. 72-94, jan./jun. 2012.

GRAMPP, William D. *Economic Liberalism*. New York: Random House, 1965. v. 1.

GRAMPP, William D. The Liberal Elements in English Mercantilism. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford: Oxford University Press, v. 66, n. 4, p. 465-501, nov. 1952.

GRAS, N. S. B. *A History of Agriculture in Europe and America*. New York: Appleton, 1940.

GRAU, Eros Roberto. *Por que tenho medo dos juízes*. São Paulo: Malheiros, 2014.

GRAU, Eros. *A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica*. São Paulo: Malheiros, 2015.

GRIFFIN, K. *et al.* Poverty and the Distribution of Land. *Journal of Agrarian Change*, v. 2, n. 3, p. 279-330, 2002.

GRIFFITH, R.; HUERGO, E.; MAIRESSE, J.; PETERS, B. Innovation and Productivity Across Four European Countries. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 22, n. 4, p. 483-498, 2006.

GRIFFITH, R.; REDDING, S.; VAN REENEN, J. *Mapping the Two Faces of R&D: Productivity, R&D, Skills and Trade in an OECD Panel of Industries*. Boston: Institute for Fiscal Studies, 2000.

GRILICHES, Z. Productivity, R&D, and the Data Constraint. *The American Economic Review*, v. 84, p. 1-23, 1994.

GRILICHES, Z.; MAIRESSE, J. Comparing Productivity Growth: An Exploration of French and US Industrial and Firm Data. *NBER Working Paper*, n. 961, 1982.

GRIMALDA, G. Can Labour Market Rigidity Foster Economic Efficiency? A Model with Non-general Purpose Technical Change. *Eurasian Business Review*, v. 6, p. 79-89, 2016.

GRIMM, Dieter. *Die Zukunft der Vervassung*. Berlin: Suhrkamp, 1991.

GU, W.; KACI, M.; MAYNARD, J.-P.; SILLAMAA, M. A. The Changing Composition of the Canadian Workforce and Its Impact on Productivity Growth. In: BALDWIN, J. R.; HARCHAOUI, T. M. (eds.). *Productivity Growth in Canada*. Ottawa: Statistics Canada, 2002. p. 69-75.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 50, n. 2, p. 351-370, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2018.

GUELLEC, D.; LA POTTERIE, B. van Pottelsberghe de. The Internacionalisation of Technology Analysed with Patent Data. *Research Policy*, p. 1353-1266, 2001

GUELLEC, Dominique; LA POTTERIE, Bruno van Pottelsberghe de. R&D and productivity growth: panel data analysis of 16 OECD Countries. *OECD Economic Studies*, 2001.

GUIANA. *Constituição (1980)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Guyana_2016?lang=en. Acesso em 17 set. 2018. Tradução livre.

GUINÉ-BISSAU. *Constituição (1984)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Guinea_Bissau_1996?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

HAITI. *Constituição (1987)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Haiti_2012?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

HALES, John. *A Discourse of the Common Weal of This Realm of England*. Cambridge: Elizabeth Lamond, 1893.

HALL, R.; JONES, C. Why do Some Countries Produce So Much More Output Per Worker Than Others?. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 114, n. 1, p. 83-116, 1999.

HANUSHEK, Eric A.; WOESSMANN, Ludger. *The Knowledge Capital of Nations: Education and the Economics of Growth*. Boston: MIT Press, 2015.

HATZICHRONOGLU, T. *Revision of the High-Technology Sector and Product Classification*. Paris: OECD, 1997.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. *Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais*. Brasília: Embrapa, 1988.

HECKMAN, James J.; LA FONTAINE, Paul A. The Declining American High School Graduation Rate: Evidence, Sources and Consequences. *NBER Reporter*: Research Summary, n. 1, 2008.

HECKMAN, James. Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children. *Science*, v. 312, p. 1900-1902, July 2006.

HECKMAN, James. *The Economics of Inequality: The Value of Early Childhood Education*. *American Educator*, spring 2011.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução de Orlando Vitorino. Lisboa: Guimarães Editores, 1959.

HICKS, John. *Capital and Growth*. Oxford: Oxford University Press, 1965.

HICKS, John. Sraffa and Ricardo: a Critical View. In: CARAVALE, G. (ed.). *The Legacy of Ricardo*. Oxford: Blackwell, 1985, p. 305-319.

HIRSCHMAN, Albert O. *Latin America Issues: Essays and Comments*. New York: Twentieth Century Fund, 1961.

HIRSCHMAN, Albert. *A estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRSCHMANN, Nancy T. Mill, Political Economy, and Women's Work. *The American Political Science Review*, v. 102, n. 2, p. 199-203, May 2008.

HOBSBAWN, E. J. *Industry and Empire: An Economic History of Britain since 1750*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1968.

HOLLANDER, Samuel. *John Stuart Mill on Economic Theory and Method: Collected Essays III*. London: Routledge, 2003.

HONDURAS. *Constituição (1982)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Honduras_2013?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

HONG, Y. S. Evolution of the Korean National Innovation System: Towards an Integrated Model. In: OECD. *Governance of Innovation Systems*. Paris: OECD, 2005. v. 2. p. 65-85.

HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Atlas, 1970.

HULTEN, Charles R. *Optimal Growth with Infrastructure Capital: Theory and Implications for Empirical Modeling*. 1994. Working paper, University of Maryland.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

INDEC; SECYT. *Encuesta sobre la conducta tecnológica de las empresas industriales argentinas*. Buenos Aires: Indec, 1998. (Série Estudios, n. 31).

INDEC; SECYT; CEPAL. *Segunda Encuesta Nacional de Innovación y Conducta Tecnológica de las Empresas Argentinas*. Buenos Aires: Indec, 2003. (Serie Estudios, n. 38).

IRLANDA. *Constituição (1937)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Ireland_2015?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

JACQUES, Paulino. *A constituição explicada*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

JAMES, J. S.; ALSTON, J. M. PARDEY, P. G.; ANDERSEN, M. A. Structural Changes in U.S. Agricultural Production and Productivity. *Choices*, v. 24, n. 4, p. 1-5, 2010.

JORGENSEN, Dale; HO, Mun; SAMUELS, Jon. Education, Participation, and the Revival of U.S. Economic Growth. *NBER Working Paper Series*, Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, n. 22453, 2016.

KAGEYAMA, Angela. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. *Revista Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 1-13, 2003.

KALDOR, Nicholas. A Model of Economic Growth. *The Economic Journal*, v. 67, n. 268, p. 591-624, 1957.

KALLHOFF, A. Why Societies Need Public Goods. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, v. 17, n. 6, p. 635-651, 2014.

KEYNES, John Maynard. *Economic Possibilities for Our Grandchildren: Essays in Persuasion*. New York: Norton, 1963.

KEYNES, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. New York: Harcourt, Brace & World, 1936.

KRUEGER, Ann. The Political Economy of the Rent-Seeking Society. *American Economic Review*, v. 64, n. 3, p. 291-303, 1974.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. *The American Economic Review*, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.

LA POTTERIE, B. van Pottelsberghe de ; LITCHENBERG, F. Does Foreign Direct Investment Transfer Technology Across Borders?. *Review of Economics and Statistics*, v. 83, n. 3, p. 490-497, 2001.

LACERDA, Antonio Corrêa. Políticas macroeconômicas para o desenvolvimento brasileiro. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo; LAPLANE, Gabriela; SARTI, Fernando (orgs.). *O futuro do desenvolvimento: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho*. Campinas: Unicamp, 2016. p. 89-112.

LACERDA, S. M. Investimentos nos portos brasileiros: oportunidades da concessão da infraestrutura portuária. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 297-315, set. 2005.

LAKSHMANAN, T. R. The Broader Economic Consequences of Transport Infrastructure Investments. *Journal of Transport Geography*, v. 19, p. 1-12, 2011.

LEAL, Rogério Gesta. *Perspectivas hermenêuticas dos direitos humanos e fundamentais no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000

LEE, Jong-Wha. Human Capital and Productivity for Korea's Sustained Economic Growth. *Journal of Asian Economics*, n. 16, p. 663-687, 2005.

LEE, W. Y. O papel da política científica e tecnológica no desenvolvimento industrial da Coreia do Sul. In: KIM, L.; NELSON, R. R. *Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização recente*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

LEIBENSTEIN, H. *Economic Backwardness and Economic Growth*. New York: Wiley, 1957.

LESOTO. *Constituição (1993)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Lesotho_2011?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

LIMA, Marcos Jorge de. *Discurso na Confederação Nacional da Indústria por ocasião da cerimônia para assinatura do Decreto nº 9.547/18*. Brasília, 30 out. 2018.

LINK, A. N. An Analysis of the Composition of R&D Spending. *Southern Economic Journal*, v. 49, p. 342-349, 1982.

LINS, Leonardo Melo. Educação, qualificação, produtividade e crescimento econômico: harmonia colocada em questão. In: CIRCULO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1, 2011, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Ipea, 2011.

LISBOA, Marcos de Barros. Instituições e crescimento econômico. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, v. 9, n. 18, p. 67-83, jan. 2011.

LOPES, J. L. *Avaliação do processo de convergência da produtividade da terra na agricultura brasileira no período de 1960 a 2001*. 2004. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2004.

LORA, E.; PAGÉS, C. Face-to-Face with Productivity. *Finance & Development*, v. 48, n. 1, p. 16-19, mar. 2011.

LOS, B.; VERSPAGEN, B. R&D Spillovers and Productivity: Evidence from US Manufacturing Microdata. *Empirical Economics*, v. 25, p. 127-148, 2000.

LUCAS JR., R. E. On the Mechanics of Economic Development. *Journal of Monetary Economics*, Amsterdam, v. 22, p. 3-42, 1988.

LUND, P. J.; HILL, P. G. Farm Size, Efficiency and Economies of Size. *Journal of Agricultural Economics*, v. 30, n. 2, p. 241-249, 1979.

MAGNUSSON, Lars. *Mercantilism: The Shaping of an Economic Language*. London: Routledge, 1994.

MAIRESSE, J.; MOHNEN, P. *Using innovation surveys for econometric analysis*. NBER Working Paper, Washington, D.C.: National Bureau of Economic Research, n. 15857, 2010.

MAIRESSE, J.; MOHNEN, P.; KREMP, E. The Importance of R&D and Innovation for Productivity: A Reexamination in Light of the 2000 French Innovation Survey. *Annales d'Economie Statistique*, 2005.

MALAN, Pedro Sampaio. O Brasil na primeira década do século XXI: perspectivas do desenvolvimento com estabilidade. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (orgs.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: Ipea; Cepal, 2002. p. 185-207.

MALERBA, F. *Sectoral Systems of Innovation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MALTHUS, T. R. *An Essay on the Principle of Population and a Sumarry View of the Principles of Population*. Baltimore: Penguin, 1970.

MALTHUS, T. R. *Principles of Political Economy*. New York: Augustus M. Kelley, 1964.

MALTHUS, Thomas. Principles of Political Economy (1820). In: WRIGLEY, E. A.; SOUDEN, David. *The Works of Thomas Robert Malthus*. London: Willian Pickering, 1986. v. 5.

MANESCHI, Andrea. How Would David Ricardo Have Taught the Principle of Comparative Advantage?. *Southern Economic Journal*, v. 74, n. 4, p. 1167-1176, Apr. 2008.

MANSFIELD, E. Basic Research and Productivity Increase in Manufacturing. *The American Economic Review*, v. 70, p. 863-873, 1980.

MANSFIELD, E. Contribution of R&D to Economic Growth in the United States. *Science*, v. 175, 1972.

MANSFIELD, E. Imitation Costs and Patents: an Empirical Study. *Economic Journal*, v. 91, p. 907-918, 1981.

MANTOUX, Paul. *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1927.

MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. London: Macmillan, 1961.

MARX, Karl. *Grundrisse*. New York: Vintage Books, 1973.

MARX, Karl. *O Capital*. Moscou: Editora de Línguas Estrangeiras, 1961. v. 1.

MASON, Edward. The Doctrine of Comparative Cost. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 41, n. 1, p. 63-93, nov. 1926.

MATHIEU, A.; LA POTTERIE, Bruno van Pottelsberghe de. A Note on The Drivers of R&D Intensity. *CEPR Discussion Paper*, n. 6684, 2008.

MATSUSHITA, Thiago Lopes. Perfilamento histórico da ordem econômica do Brasil (1989/-) retirada nas cartas constitucionais. *História e Cultura*, Franca, v. 5, n. 1, p. 304-328, mar. 2016.

MATTEO, M. *Heterogeneidade regional*. Brasília: Cepal; Ipea, 2013.

MCGOWAN, Muge Adalet; ANDREWS, Dan. Labour Market Mismatch and Labour Productivity Evidence from PIAAC Data. *OECD Economics Department Working Paper*, n. 1209. Paris: OECD, 2015.

MCMILLAN, M.; RODRIK, D. *Globalizations, Structural Change, and Productivity Growth*. NBER Working Paper, [S. l.]:National Bureau of Economic Research, n. 17143, 2011

MCMILLAN, M.; RODRIK, D. *Globalization, Structural Change and Productivity Growth*. International Labour Organization; World Trade Organization, 2011.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W.E. *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe Books, 1972.

MEEK, Ronald L. *Studies in the Labour Theory of Value*. Revised edition. New York: Monthly Review, 1976.

MEEK, Ronald. *The Economics of Physiocracy: Essays and Translations*. London: Routledge, 2003.

MENEZES FILHO, Naercio; CAMPOS, Gabriela; KOMATSU, Bruno. A evolução da produtividade no Brasil. *Policy Paper*, São Paulo: Insper, n. 12, ago. 2014.

MÉXICO. *Constituição (1917)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Mexico_2015?lang=en. Acesso em; 13 mar. 2019.

MILL, John Stuart. Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy. In: ROBSON, John M. (ed.). *Collected Works of John Stuart Mill*. London: Routledge & Kegan Paul, 1967. v. 4. p. 229-340.

MILL, John Stuart. *Principles of Political Economy*. New York: Augustus M. Kelley, 1965.

MILL, John Stuart. The Principles of Political Economy: Part I. In: ROBSON, John M. (ed.). *Collected Works of John Stuart Mill*. London: Routledge & Kegan Paul, 1965. v. 2. p. 3-1024.

MILL, John Stuart. *Utilitarianism, Liberty, and Representative Government*. New York: Dutton, 1951.

MINCER, Jacob. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. *Journal of Political Economy*, v. 66, n. 4, p. 281-302, 1958.

MIRABEAU, Honoré Gabriel Riqueti de. *Correspondance générale de J.-J. Rousseau*. Paris: Armand Colin, 1924. v. 17.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários à Constituição de 1967: com a Emenda n. 1 de 1969*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970. tomo 6.

MISKIMIN, Harry A. *The Economy of Early Renaissance Europe, 1300-1460*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969.

MISSELDEN, Edward. *Free Trade, or the Meanes to Make Trade Flourish*. London: Legatt for S. Waterson, 1622.

MUNNEL, A. H. How does Public Infrastructure Affect Regional Economic Performance. *New England Economic Review*, v. 34, p. 69-112, 1990.

MUÑOZ, C.; PÉREZ, G. Reflexiones sobre el rol de la logística en la explotación sostenible de los recursos naturales en América Latina y el Caribe. *Boletín FAL*, Santiago: Cepal, n. 357, p. 1-13, 2017.

MUSSOLINI, Cesar; TELES, Vladimir Kühl. Infraestrutura e produtividade no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 645-662, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 maio 2018.

MYINT, HLA. *Theories of Welfare Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1948.

NELSON, R.; WINTER, S. *Uma teoria evolucionária da mudança econômica*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

NOHLEN, D.; STURM, R. La heterogeneidad estructural como concepto básico en la teoría de desarrollo. *Revista de Estudios Políticos*, n. 28, p. 45-74, 1982.

NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Sir Dudley *et al.* *A Select Collection of Early English Tracts on Commerce*. London: Political Economic Club, 1856.

OECD. *A New Economy? The Changing Role of Innovation and Information Technology in Growth*. Paris: OCDE, 2000.

OECD. *Fomentando o crescimento inclusivo da produtividade na América Latina*. [S. l.]: OECD, 2014. (Série Melhores Políticas).

OECD. *Fostering productivity and competitiveness in agriculture*. [S. l.]: OECD, 2011.

OECD. *Governance of Innovation Systems*. Paris: OECD, 2005. v. 1.

OECD. *Innovating Education and Educating for Innovation: The Power of Digital Technologies and Skills*. Paris: OECD, 2016.

OECD. *Innovation in Firms: A Microeconomic Perspective*. Paris: OCDE, 2009.

OECD. *OECD Productivity Database*. 2015. Disponível em: <http://stats.oecd.org/>. Acesso em: 5 jun. 2018.

OECD. *OECD Skills Outlook 2013: First Result from the Survey of Adult Skills*. Paris: OECD, 2013.

OECD. *Promoting Productivity and Equality: A Twin Challenge*. Paris: OCDE Economic Outlook, 2016.

OECD. *Science Technology and Industry Outlook*. Paris: OECD, 2014.

OECD. *Technology and Industrial Performance*. Paris: OECD, 1997.

OECD. *The Productivity-Inclusiveness Nexus*. Paris: OECD, 2016.

OLINER, S. D.; SICHEL, D. E. The Resurgence of Growth in the Late 1990s: Is Information Technology the Story? *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, p. 3-22, 2000.

ORTEGA-ARGILÉS, R.; BRANDSMA, A. EU-US Differences in the Size of R&D Intensive Firms: Do They Explain the Overall R&D Intensity Gap? *Science and Public Policy*, v. 37, p. 429-441, 2010.

ORTEGA-ARGILÉS, R.; PIVA, M.; Potters, L.; VIVARELLI, M. Is Corporate R&D Investment in Hightech Sectors More Effective? *Contemporary Economic Policy*, v. 28, p. 2-23, 2010.

PADDOCK, W.; PADDOCK, P. *Famine 1975! America's Decision: Who Will Survive?*. Boston: Little, Brown, 1967.

PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 1, n. 2, p. 171-234, dez. 1971.

PANAMÁ. *Constituição (1972)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Panama_2004?lang=en. Acesso em; 17 set. 2018.

PARDEY, P. G.; ALSTON, J. M.; CHAN-KANG, C. *Agricultural Production, Productivity and R&D over the Past Half Century: an Emerging New World Order*. In: INTERNATIONAL ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMISTS TRIENNIAL CONFERENCE, 2012, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: IAAE, 2012.

PARDEY, P. G.; ALSTON, J. M.; CHAN-KANG, C. Public Agricultural R&D over the Past Half Century: an Emerging New World Order. *Agriculture Economy*, v. 44, n. 1, p. 103-113, 2013.

PARDEY, P. G.; PINGALI, P. L. *Reassessing International Research for Food and Agriculture*. Rome: Global Forum for Agricultural Research, 2010. Report prepared for the Global Conference of Agricultural Research for Development, Montpellier, France.

PESSÔA, Samuel de Abreu. *Perspectivas de crescimento no longo prazo para o Brasil: questões em aberto*. Rio de Janeiro: FGV-EPGE, 2006.

PETTY, William (Sir). *Economic Writings*. Cambridge: Charles Henry Hull, 1899. v. 1.

PINA, Rolando E. Cláusulas constitucionales operativas y programáticas. Buenos Aires: Depalma, 1973

PINTO JÚNIOR, Helder Queiroz (coord.). *Perspectivas do investimento no Brasil*. Campinas: Unicamp-IE, 2010. v. 1.

PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 567-588.

PNUD. *Chile: instrumentos y estrategias para combatir la desertificación*. Santiago: PNUD, 2015.

POLÔNIA. *Constituição (1997)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Poland_2009?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

PORTUGAL. *Constituição (1976)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Portugal_2005?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

POWELL, W. W.; GRODAL, S. Networks of Innovators. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. G.; NELSON R. R. *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 56-85.

PRITCHETT, Lant. Where Has All the Education Gone? *The World Bank Economic Review*, v.15, n. 3, p. 367-391, 2001.

QUESNAY, François. *Tableau économique*. Londres: H. Higgs, 1894.

RAMANKUTTY, N.; EVAN, A. T.; MONFREDA, C.; FOLEY, J. A. Farming the Planet: 1. Geographic Distribution of Global Agricultural Lands in the Year 2000. *Global Biogeochemical Cycles*, v. 22, p. 1-19, 2008.

RAMOS, L. *Educação, desigualdade de renda e ciclo econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 1991.

REICH, Norbet. *Markt und Recht: Theorie und Praxis des Wirtschaftsrechts in der Bundesrepublik Deutschland*. Neuwied; Darmstadt: Luchterhand, 1977.

REPÚBLICA DOMINICANA. *Constituição (2015)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Dominican_Republic_2015?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

RICARDO, David. *Notes on Malthus (1820)*. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.

RICARDO, David. *Phamplets and Papers 1815-1823 (1815)*. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.

RICARDO, David. *Principles of Political Economy and Taxation*. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.

RICARDO, David. *The Principles of Political Economy and Taxation*. London: Dent, 1962.

RICARDO, David. *The Principles of Political Economy and Taxation*. Homewood, IL: Richard D. Irwin, Inc, 1963.

RICARDO, David. *The Works and Correspondence of David Ricardo*. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.

RIVAS, Juan José González. *La Constitución española de 1978: estudio sistemático y jurisprudencial*. Madrid: Civitas, 2003.

ROCHA, F.; GIUBERTI, A. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. *Economia Aplicada*, v. 11, n. 4, p. 463-485, 2007.

RODRIGUES, N. *Estado, educação e desenvolvimento econômico*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

RODRIGUEZ, O. Sobre la concepción del sistema centro-periferia. *Revista de la CEPAL*, n. 3, p. 203-247, 1977.

ROGERS, M. R&D and Productivity: Using UK Firm-Level Data to Inform Policy. *Empirica*, v. 37, p. 2069-2086, 2010.

ROMER, Paul. Endogenous technological change. *The Journal of Political Economy*, v. 98, n. 5, Part 2: The Problem of Development: A Conference of the Institute for the Study of Free Enterprise System, p. 71-102, Oct. 1990.

ROUVINEN, P. R&D Productivity Dynamics: Causality, Lags, and Dry Holes. *Journal of Applied Economics*, v. 5, p. 123-156, 2002.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado. In: CORSI, Francisco; CAMARGO, José Marangoni (orgs.). *Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 81-102.

SALERNO, Mario Sergio; DE NEGRI, João Alberto. Inovação, estratégias competitivas e inserção internacional das firmas da indústria brasileira. *Parcerias Estratégicas*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), n. 20 – parte 4, p. 1309-1333, jun. 2005

SALERNO, Mario Sergio; KUBOTA, Luis Claudio. Estado e Inovação. In: DE NEGRI, João Alberto; KUBOTA, Luis Claudio. *Políticas de incentivo à inovação*. Brasília: Ipea, 2008, p. 13-64.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SCAFF, Fernando Facury. Incentivos fiscais na federação brasileira. In: MACHADO, Hugo de Brito. *Regime jurídico dos incentivos fiscais*. São Paulo: Malheiros, 2015.

SCAFF, Fernando Facury. Reserva do possível, mínimo existencial e direitos humanos. *Interesse Público*, v. 32, p. 79-104, 2005.

SCAFF, Fernando Facury. Sentenças aditivas, direitos sociais e reserva do possível. *Revista Dialética de Direito Processual*, v. 51, p. 79-99, 2007.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Tributação e indução econômica: os efeitos econômicos de um tributo como critério para sua constitucionalidade. In: FERRAZ, Roberto Catalano Botelho (coord.). *Princípios e limites da tributação 2: os princípios da ordem econômica e a tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 141-164.

SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. *The American Economic Review*, v. 51, p. 1-17, mar. 1961.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SCHUMPETER, J. A. *The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle*. Boston: Harvard, 1934.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHUMPETER, Joseph. *Economic Doctrine and Method: An Historical Sketch*. New York: Oxford University Press, 1954.

SEGADO, Francisco Fernández. Una constitución integradora, transformadora y viva. In: SEGADO, Francisco Fernández (ed.). *The Spanish Constitution in the European Constitutional Context*. Madrid: Dykinson, 2003.

SEN, Asok. The Transition from Feudalism to Capitalism. *Economic and Political Weekly*, v. 19, n. 30, p. 50-66, 28 jul. 1984.

SENIK, Claudia; CLARK, Andrew E. *Will GDP Growth Increase Happiness in Developing Countries?*. *Paris School of Economics Working Papers*, n. 2010-43, 2011.

SENNA, José Júlio. Inovação e produtividade: a controvérsia recente. In: VELOSO, Fernando; BONELLI, Regis; CASTELAR, Armando. *Anatomia da produtividade*. São Paulo: Elsevier, 2017, p. 3-34.

SIANESI, Barbara; VAN REENEN, John. The Returns to Education: Macroeconomics. *Journal of Economics Surveys*, v. 17, n. 2, p. 157-200, 2003.

SILVA, Felipe Queiroz; AVELLAR, Ana Paula Macedo de. P&D, inovação e produtividade: evidências para empresas industriais brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43, 2016, Curitiba. Anais [...], Curitiba: Anpec, 2016.

SILVA, G.L.S.P. da. *Produtividade agrícola, pesquisa de extensão rural*. São Paulo: USP-Fipe, 1984.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; MARTINS, Humberto Eduardo de Paula; NEDER, Henrique Dantas. Investimentos em infraestrutura de transportes e desigualdades regionais no Brasil: uma análise dos impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 4, p. 840-863, out./dez. 2016.

SILVA, J. F. Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp-IE, 1996.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. New York: Modern Library, 2000.

SQUEFF, G.; NOGUEIRA, M. *A heterogeneidade estrutural no Brasil*. Brasília: Cepal; Ipea, 2013.

SRAFFA, Piero; EINAUDI, L. An Alleged Correction of Ricardo. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 44, n. 3, p. 539-545, May 1930.

STIGLITZ, Joseph E. *The Price of Inequality*. New York: W.W. Norton & Company, 2013.

STIGLITZ, Joseph. Toward a General Theory of Consumering: Reflections on Keynes': Economic Possibilities for Our Grandchildren. In: PIGA, G; PECCHI, L. (eds.). *Revisiting Keynes: Economic Possibilities for Our Grandchildren*. Cambridge: MIT Press, 2008.

SUN, Xiaohua; WANG, Yun; LI, Mingshan. The Influences of Different R&D Types on Productivity Growth in OECD Countries. *Technology Analysis & Strategic Management*, 2016.

SUNDING, D.; ZILBERMAN, D. *The Agricultural Innovation Process: Research and Technology Adoption in a Changing Agricultural Sector*. Jan. 2000. Disponível em: <http://are.berkeley.edu/~zilber11/innovationchptr.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SUNKEL, O.; INFANTE, R. (orgs.). *Hacia un desarrollo inclusivo: el caso de Chile*. Santiago: Cepal, 2009.

SUZIGAN, Wilson. Celso Furtado e o processo histórico de industrialização na América Latina. In: CORSI, Francisco; CAMARGO, José Marangoni (orgs.). *Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-120.

TANZANIA. *Constituição (1977)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Tanzania_2005?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. 16. ed. São Paulo: Saraivajur, 2018.

TAVARES, André Ramos. *Direito constitucional econômico*. São Paulo: Saraiva

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Desenvolvimento no Brasil: lembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (orgs.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: Ipea; Cepal, 2002, p. 149-184.

TIGAR, Michael E.; LEVY, Madeleine R. *O direito e a ascensão do capitalismo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TOMKOWSKI, Fábio Goulart. *Direito tributário e heurísticas*. São Paulo: Almedina, 2017.

TSOULFIDIS, Lefteris. Keynes on the Marginal Efficiency of Capital and the Great Depression. *History of Economic Ideas*, v. 16, n. 3, p. 65-78, 2008.

TULLOCK, Gordon. The Welfare Costs of Tariffs, Monopolies, and Theft. *Economy Inquiry*, v. 5, n. 3, p. 224-232, 1967.

TURQUIA. *Constituição (1982)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Turkey_2017?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

UNCCD (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave ou Desertificação, particularmente na África). *Perspectiva global de la Tierra*. Bonn: UNCCD, 2017.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Economia do conhecimento*. Tradução de Leonardo Castro. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

UNIÃO EUROPEIA. *Constituição (2004)*. Disponível em: https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_establishing_a_constitution_for_europe_en.pdf. Acesso em: 17 set. 2018.

VAN ARK, B.; O'MAHONY, M.; TIMMER, M. P. The Productivity Gap between Europe and the United States: Trends and Causes. *Journal of Economic Perspectives*, v. 22, p. 25-44, 2008.

VENEZUELA. *Constituição (1999)*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Venezuela_2009?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

VERDÚ, Pablo Lucas. *Estimativa y política constitucionales: los valores y los principios rectores del ordenamiento constitucional español*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1984.

VERDÚ, Pablo Lucas. *Teoría de la constitución como ciencia cultural*. 2. ed. Madrid: Dykinson, 1998.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. *Interações*, v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010.

VICKERMAN, R. Transit Investment and Economic Development. *Research in Transportation Economics*, v. 23, p. 107-115, 2008.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; SANTOS, G. R. Heterogeneidade no setor agropecuário brasileiro: contraste tecnológico. *Boletim Radar*, Brasília: Ipea, n. 14, p. 7-37, 2011.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; SANTOS, G. R.; FORNAZIER, A. *Distribuição produtiva e tecnológica da agricultura brasileira e sua heterogeneidade estrutural*. Brasília: Ipea, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Berkeley: University of California Press, 2014. v. 2.

WHITE JR. Lynn. *Medieval Technology and Social Change*. Oxford: Claredon, 1962.

WILKINSON, J. Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 39, p. 26-34, 2010.

WILSON, D. J. IT and Beyond: The Contribution of Heterogeneous Capital to Productivity. *Journal of Business and Economic Statistics*, v. 27, p. 52-70, 2009.

WINTER, S. G. Schumpeterian Competition in Alternative Technological Regimes. *Journal of Economic Behaviour and Organisation*, v. 5, p. 287-320, 1984.

WINTHROP, Rebecca; MCGIVNEY, Eileen. *Education's Impact on Economic Growth and Productivity*. Washington, D.C.: Brookings Institution, 2016.

WINTHROP, Rebecca; McGIVNEY, Eileen. *Skills for a Changing World: Advancing Quality Education for Vibrant Societies*. Washington, D.C.: Brookings Institution, 2016.

ZACHARIADIS, M. R&D-induced Growth in the OECD? *Review of Development Economics*, v. 8, p. 423-439, 2004.

ZIMBÁBUE. *Constituição (2013)*. Disponível em:
https://www.constituteproject.org/constitution/Zimbabwe_2017?lang=en. Acesso em: 17 set. 2018.

ZUCOLOTO, Graziela Ferrero. Lei do Bem: impactos nas atividades de P&D no Brasil. *Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, n. 6, p. 14-20, fev. 2010.